

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	5
AMBIENTE REGULATÓRIO	6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	9
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	16
GOVERNANÇA CORPORATIVA	16
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES	16
INVESTIMENTOS	17
GERENCIAMENTO DE RISCOS	21
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	21
RESPONSABILIDADE SOCIAL	23
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO	28
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS	29
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	30
BALANÇOS PATRIMONIAIS	31
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	33
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	34
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	36
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	38
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	39
1. CONTEXTO OPERACIONAL	39
2. BASE DE PREPARAÇÃO	42
3. DAS CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)	62
4. SEGMENTOS OPERACIONAIS	69
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	70
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	71
7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES	72
8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	72
9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	73
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	73
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	77
12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	77
13. INVESTIMENTOS	79
14. IMOBILIZADO	87
15. INTANGÍVEIS	91
16. FORNECEDORES	92
17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	92
18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	93
19. ENCARGOS REGULATÓRIOS	96
20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	96
21. PROVISÕES	100
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	106
23. RECEITA	108
24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	109
25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	111
26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	112
27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	113



Gerção e Transmissõ S.A.

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO	120
29. SEGUROS	121
30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	122
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	122
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	125
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	128
DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES	129
DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	130

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis e pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Mais uma vez chegamos ao final do ano na certeza do dever cumprido, agregando valor aos nossos acionistas e reafirmando, pelas nossas ações, a nossa vocação de empresa consolidadora no setor elétrico brasileiro.

Sabíamos dos desafios que teríamos em 2013, em um cenário de redução das nossas receitas de transmissão, em função dos critérios de remuneração previstos na MP 579, e ainda do vencimento do 1º período da nossa concessão da usina de Jaguará, quando teríamos que discutir a prorrogação por um período adicional, conforme previsto em nosso contrato de concessão.

Mas mesmo com todos esses desafios, apresentamos um lucro superior a R\$1,8 bilhão em 2013. Apesar do lucro do ano anterior ter sido de R\$1,9 bilhão, entendemos que o desempenho foi muito satisfatório, considerando a redução de 2/3 da receita de transmissão, em função dos critérios de remuneração do negócio previstos na MP 579.

Apesar dos bons resultados, as ações da Cemig, controladora da Cemig GT, ainda foram impactadas em 2013 pelas incertezas regulatórias para o setor elétrico decorrentes dos efeitos da MP 579 e também pela saída de capitais dos mercados emergentes, incluindo o Brasil, em busca de títulos com menor percepção de risco, destacando-se os títulos públicos dos Estados Unidos.

No que se refere aos novos investimentos, o ano de 2013 teve eventos significativos para a nossa Companhia. No campo das energias renováveis, destaca-se a aquisição de 51% da Brasil PCH, um investimento de R\$740 milhões, e ainda o acordo de investimento que permitirá a Cemig GT entrar no bloco de controle da Renova Energia, o que viabilizará um programa expressivo de investimentos dessa Empresa nos próximos anos, consolidando a nossa posição de Companhia com uma das maiores participações no mercado de energias renováveis.

Ressaltamos também a aliança de ativos de geração que fizemos com a Vale S.A, criando uma nova empresa, a Aliança Geração de Energia S.A, que já nascerá com ativos combinados superiores a R\$4 bilhões. Com essa associação, elevamos o potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados na área de geração de energia, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

Crescimento, apresentação de resultados financeiros consistentes e compromisso com a qualidade no atendimento aos nossos clientes representam a materialização da nossa visão estratégica, baseada nos princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, o que pode ser, também, evidenciado pela seleção da Cemig, pelo 14º ano consecutivo, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

A Cemig, também, foi selecionada em 2013 para fazer parte do índice pelo Pacto Global da ONU, o *Global Compact* 100 (GC100), que reúne cem empresas mundiais comprometidas com a sustentabilidade corporativa vinculada ao melhor desempenho no mercado de capitais. Essa forma de atuação demonstra o empenho da Cemig em alinhar a sua estratégia aos princípios do Pacto Global.

Também o ano de 2014 apresentará desafios grandes para a nossa Empresa e para o setor elétrico brasileiro.

O baixo nível dos reservatórios das usinas no final de 2013 e início de 2014 elevaram os preços de energia no mercado atacadista para valores superiores a R\$800,00/Mwh. Apesar de ser uma situação onde as empresas geradoras que tem energia disponível podem auferir lucros em função da venda de sua energia nesse mercado, ocorre uma pressão significativa, por outro lado, sobre as distribuidoras e geradores com exposição ao mercado atacadista. Nesta situação, torna-se imprescindível o apoio do Governo Federal e órgãos reguladores na construção de soluções que mantenham o equilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor e a viabilização da liquidação financeira das transações entre distribuidores e geradores de energia elétrica.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses, em relação às médias históricas, será fator determinante para a política energética e preços de energia para o ano de 2014.

Também ocorrerá em 2014 a Copa do Mundo, evento de repercussão mundial em que o setor elétrico tem um papel importante de fornecimento confiável de energia durante o período de realização dos jogos.

Antes de finalizar, é importante agradecer aos nossos empregados, profissionais cuja competência é reconhecida nacionalmente. E o comprometimento, competência e talento de todos os nossos colaboradores que fazem da Cemig “a melhor energia do Brasil”.

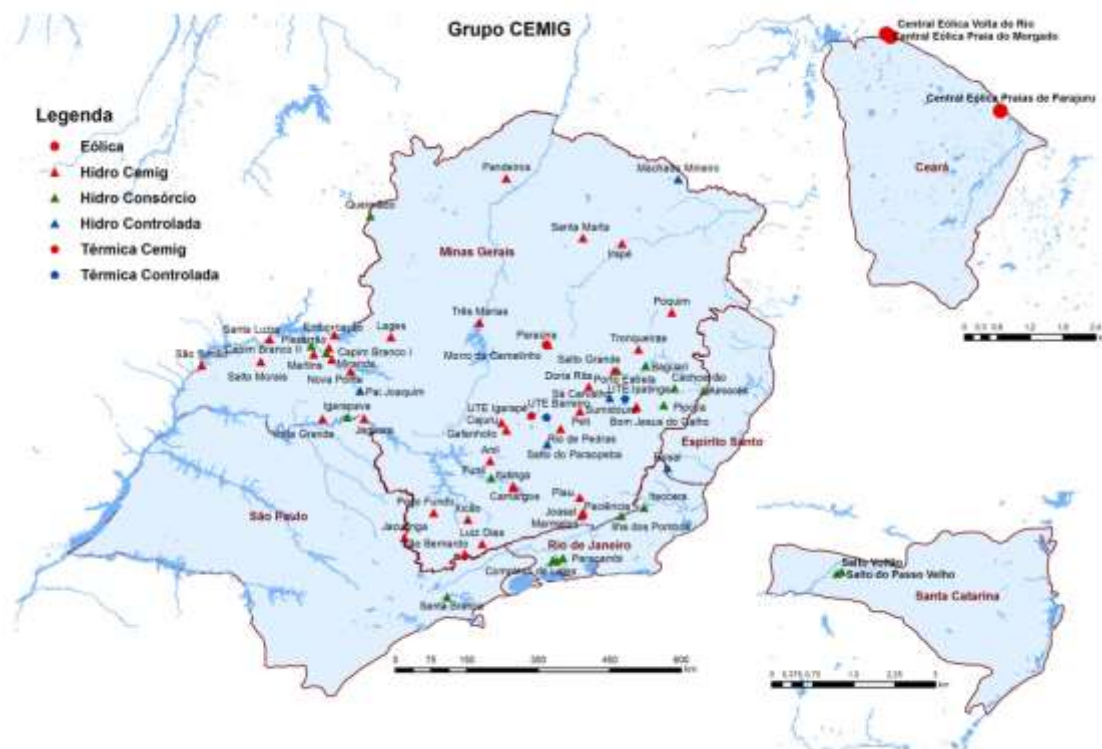
Nossos resultados também somente foram possíveis pelo apoio de todos os acionistas da empresa, a quem agradecemos pelo apoio e confiança demonstrados ao longo do ano.

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado em 2010 pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Cemig Geração e Transmissão possui, em operação, 51 usinas, sendo 47 hidrelétricas, 1 termelétrica e 3 eólicas, com capacidade instalada de 6.529,5 MW.

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão.



Transmissão

A transmissão cresceu no Brasil significativamente nos últimos anos, permitindo a otimização energética, além de minimizar as restrições no atendimento ao mercado brasileiro e o risco de racionamento em função da não interligação do sistema nacional.

A Cemig GT operou, em 2013, 4.889 km de linhas de transmissão, integrantes do Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nossa missão, visão e valores

Missão

Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão

Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores

Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Renovação de concessões

A Cemig tem como um de seus mais valiosos ativos intangíveis as concessões para exploração nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Os prazos dos contratos de concessão variam de acordo com a data da outorga.

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), convertida em Lei Federal Nº 12.783/13, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

A MP, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica, alcançada pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos

Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

No que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações:

Transmissão de energia elétrica

A Companhia requereu a renovação de seu contrato de concessão e passou a auferir uma receita anual referente à operação e manutenção das linhas de transmissão no montante de R\$148,5 milhões anuais até junho de 2013. Em julho de 2013, houve o reajuste da transmissora e o valor inicial de R\$148,5 milhões foi atualizado e também foram acrescidos os valores referentes a novas obras que entraram em operação, elevando a receita para R\$167,5 milhões, considerando a receita de Itajubá, o valor total a ser auferido pela transmissão chega a R\$199,9 milhões de julho 2013 a junho de 2014. Os valores mencionados são líquidos dos impostos.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Contábeis.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não renovar as 18 concessões de geração de energia elétrica que já foram renovadas uma vez pelo Poder Concedente e, dessa forma, continuará a auferir receitas desses ativos em conformidade aos critérios previstos nos contratos de concessão.

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujos vencimentos das concessões é agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores à MP, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no Art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas

e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

As decisões tomadas pela Cemig em relação à MP, mencionadas acima, refletem o compromisso para com os acionistas, empregados e demais partes interessadas na manutenção da sustentabilidade e do crescimento da Companhia.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2013, um resultado de R\$1.811 milhões em comparação ao resultado de R\$1.919 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 5,63%. O resultado foi impactado pelo aumento de 31,85% no total dos custos e despesas operacionais parcialmente compensado pelo aumento de 12,72% da receita líquida.

Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	2013 R\$ milhões	2012 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos	4.769	4.528	5,32
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos	490	786	(37,66)
Receita de Construção	91	107	(14,95)
Receita de Indenização de Transmissão	21	192	(89,06)
Transações com energia na CCEE	967	261	270,50
Outras receitas operacionais	22	25	(12,00)
Impostos incidentes sobre as receitas	(1.130)	(1.259)	(10,25)
	5.230	4.640	12,72

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$ milhões		Preço Médio – R\$	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Industrial	18.496.520	20.235.286	2.621	2.756	141,70	136,20
Comercial	300.801	237.892	64	48	216,09	201,77
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(4)	13	-	-
	18.797.321	20.473.178	2.681	2.817	143,27	137,59
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	16.481.464	14.051.426	2.088	1.711	126,69	121,77
	35.278.785	34.524.604	4.769	4.528	135,89	131,14

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

Apesar do desempenho negativo verificado nas vendas para consumidores livres, que apresentou redução de 8,19% no volume de energia comercializada e de 4,83% na receita auferida, a receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$4.769 milhões em 2013 em comparação a R\$4.528 milhões em 2012, representando um aumento de 5,32%. Este crescimento decorre, principalmente, da combinação dos fatores abaixo:

- aumento de 22,03% na receita de vendas a outras concessionárias, resultado do aumento de 17,29% na quantidade de energia elétrica fornecida associado à variação de 4,04% do preço médio de venda praticado para estes agentes;

- aumento de 4,13% do preço médio de venda aplicado aos demais consumidores.

Receita de Concessão da Transmissão

A receita de concessão da transmissão foi de R\$490 milhões em 2013 comparados a R\$786 milhões em 2012, redução de 37,66%. Esta variação decorre principalmente da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da Medida Provisória nº 579 (convertida em Lei Federal nº 12.783/13).

Receita de Indenização

A Companhia registrou em 2012 o ganho estimado de R\$192 milhões em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Em 2013 o valor registrado foi de R\$21 milhões em função de revisão na estimativa dos valores registrados no ano anterior.

Mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$967 milhões em 2013 comparados a R\$261 milhões em 2012, um aumento de 270,50%. Esta variação decorre principalmente da alta de 57,81% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$263,06/MWh em 2013 e R\$166,69/MWh em 2012.)

Impostos e encargos incidentes sobre a receita

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.130 milhões em 2013 comparados a R\$1.259 milhões em 2012, uma redução de 10,25%. As principais variações nos impostos que incidiram sobre a receita são como segue:

Reserva Global de Reversão - RGR

Em 2013, através do Contrato de Concessão 02/2013-ANEEL, a Cemig GT optou pela aplicação do regime de UBP (uso de Bem Público) para as 19 usinas abarcadas pelo referido contrato, as quais ficaram desobrigadas do recolhimento do encargo referente à RGR. O valor registrado nesta rubrica foi de R\$67 milhões em 2013 contra 126 milhões em 2012, representando redução de 46,83%.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/PROINFA

Os gastos com CDE e Proinfa foram de R\$37 milhões em 2013 em comparação com R\$73 milhões em 2012, uma redução de 49,32% em decorrência, principalmente, de Resolução Homologatória da Aneel que reduziu em 75% o valor da cota da CDE.

A Cemig Geração e Transmissão é, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CDE é cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

Conta de Consumo de Combustível – CCC

A partir de fevereiro de 2013, através de Resolução Homologatória da Aneel, foi extinta a obrigatoriedade de recolhimento da cota mensal relativa à Conta de Consumo de Combustível – CCC. Os gastos com CCC em 2012 foram de R\$49 milhões e referiam-se aos custos de operação das Usinas térmicas dos Sistemas Interligado e Isolado Brasileiro, rateados entre os Concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A Cemig Geração e Transmissão era, apenas, repassadora deste custo, uma vez que o valor da CCC era cobrado dos consumidores livres, na fatura de uso da rede básica, e repassado à Eletrobrás.

As demais deduções à receita referem-se a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da receita.

Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$2.964 milhões em 2013 em comparação com R\$2.248 milhões em 2012, representando um aumento de 31,85%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 24 das Demonstrações Contábeis.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:

Pessoal

A despesa com pessoal foi de R\$315 milhões em 2013 em comparação a R\$282 milhões em 2012, representando um aumento de 11,70%. Este resultado decorre, principalmente, das adesões ao Programa de Incentivo ao Desligamento – PID, com despesa de R\$22 milhões em 2013, associado ao reajuste salarial de 6,85%, aplicado a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$1.244 milhões em 2013 comparados a R\$713 milhões em 2012, representando um aumento de 74,47%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 76,14% no volume de energia comprada em 2013 (8.071.951 MWh) comparado com 2012 (4.582.717 MWh), em função da maior atividade de comercialização.

Perdas na Alienação da TBE

Em 2013, a Companhia apresentou despesa com perdas na alienação da TBE no valor de R\$94 milhões. Este valor corresponde à baixa do investimento no grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT, na TBE, para a TAESA.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$56 milhões em 2013 comparados a R\$5 milhões em 2012, aumento de 1.020%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2013, de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, que foi acionada neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Provisões (Reversões) Operacionais

A despesa com provisões operacionais foi de R\$55 milhões em 2013 comparados a R\$3 milhões em 2012, representando aumento de 1.733,33%. Esta variação decorre, principalmente, da reavaliação de probabilidade de perda de ações de natureza trabalhista, tributária e outras (*Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*), as quais apresentaram variação real de 26 milhões, 11 milhões e 21 milhões respectivamente. Ressalta-se que as reavaliações citadas foram baseadas na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Mais detalhes podem ser verificados na nota explicativa nº 21 das Demonstrações Contábeis.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$91 milhões em 2013 comparados a R\$107 milhões em 2012, representando uma redução de 14,95%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$203 milhões em 2013 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$442 milhões em 2012, uma redução de 54,07%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Variação Monetária: esta receita foi de R\$97 milhões em 2013 comparados a R\$6 milhões em 2012. Esta variação decorre, principalmente, da atualização financeira de ganho obtido em processo judicial que discutia a ilegalidade da incidência de PASEP/CONFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais.
- PASEP e COFINS sobre receitas financeiras: em 2013 foi apurada uma receita de R\$61 milhões de tributos sobre as receitas financeiras decorrentes dos impactos de êxito obtido em processo judicial que discutia a incidência de PASEP/CONFINS sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais

Mais detalhes, vide nota explicativa nº 8 das Demonstrações Contábeis.

- Demais itens da receita financeira: os demais itens que compõem a receita financeira registraram, em conjunto, um aumento de 15,23% em 2013 em comparação a 2012.

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 25 das Demonstrações Contábeis.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$602 milhões em relação ao Resultado de R\$2.413 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 24,94%. Em 2012, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$568 milhões em relação ao Resultado de R\$2.488 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 22,84%.

Estas taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10b das Demonstrações Contábeis.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

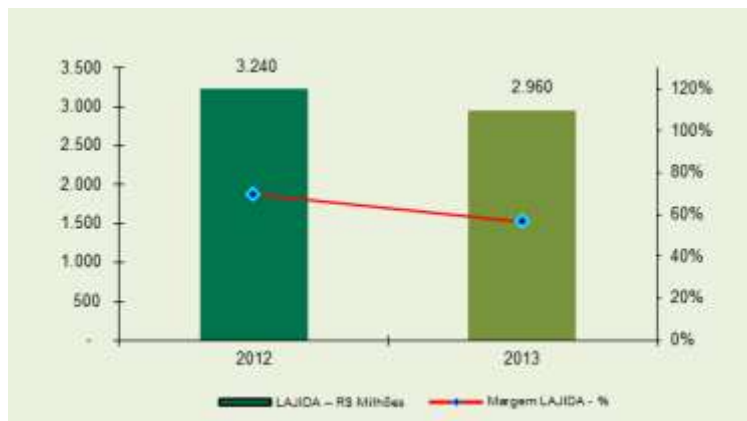
A Cemig Geração e Transmissão apresentou, em 2013, um resultado de R\$1.811 milhões, em comparação ao resultado de R\$1.919 em 2012, uma redução de 5,63%. As principais variações na receita, nos custos e despesas estão apresentadas na sequência deste relatório.

LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou redução de 8,64% em 2013 na comparação com 2012, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	2013	2012	Var %
Resultado do Período	1.811	1.919	(5,63)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	603	568	6,16
+ Resultado Financeiro Líquido	203	442	(54,07)
+ Amortização e Depreciação	343	311	10,29
= LAJIDA	2.960	3.240	(8,64)

LAJIDA



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A redução do LAJIDA em 2013, em comparação com 2012 deve-se, principalmente, ao aumento de 35,31% nos custos e despesas operacionais (excluídos os efeitos das despesas com depreciação e amortização) compensado, parcialmente, pelo aumento de 12,72% na receita líquida. Em consonância com o LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 69,84% para 56,60%.

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento. Acreditamos que nossas atuais reservas de caixa, geradas por operações e recursos previstos provenientes de financiamentos, serão suficientes durante os próximos 12 meses para atender nossas necessidades de liquidez.

Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes a caixa em 31 de dezembro de 2013 totalizaram R\$1.107 milhões, em comparação com R\$509 milhões em 31 de dezembro de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, nem os valores disponíveis no caixa, nem os equivalentes a caixa

foram mantidos em outras moedas que não o Real. As razões para este crescimento são apresentadas abaixo.

Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais em 2013 e 2012 totalizou R\$2.181 milhões e R\$1.908 milhões, respectivamente. Este resultado decorre basicamente do aumento do lucro líquido após os ajustes dos itens que não afetam o caixa.

Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido pelas atividades de investimento em 2013 e 2012 totalizou, respectivamente, R\$486 milhões e R\$930 milhões. A redução dos valores consumidos em atividades de investimento em 2013 comparado com 2012 deveu-se, principalmente, pelos seguintes fatores:

- redução de R\$48 milhões no volume aplicado no ativo imobilizado;
- redução de R\$16 milhões no volume aplicado no ativo financeiro;
- redução de R\$139 milhões no volume aplicado em investimentos; e
- redução de R\$220 milhões no volume aplicado em títulos e valores mobiliários.

Fluxo de Caixa Consumido nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2013 totalizou R\$1.097 milhões e foi composto, principalmente, pela amortização de R\$664 milhões de financiamentos, pagamento de dividendos no valor de R\$208 milhões e pagamento de R\$226 milhões de juros sobre o capital próprio.

O caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento durante 2012 totalizou R\$1.619 milhões e foi composto pela amortização de R\$2.786 milhões de financiamentos, pagamento de R\$979 milhões em dividendos e R\$220 milhões de juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos obtidos no montante de R\$2.365 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem “grau de investimento”, ou seja, baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig tem se dado de forma sustentável.

A Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30/01/2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única

parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembléia Geral Ordinária - AGO a realizar-se em abril de 2014 que, ao resultado do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R\$1.811 milhões e R\$94 milhões, respectivamente, seja dada a seguinte destinação:

- R\$225 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio;
- R\$714 milhões para pagamento de dividendos Estatutários;
- R\$47 milhões para pagamentos de dividendos adicionais; e
- R\$919 milhões para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 14 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de três anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2013, foram realizadas 28 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos, desde planejamento estratégico até projetos de investimentos.

A Companhia conta ainda com seis Comitês de Apoio ao Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros, indicados pelos acionistas, com mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos ao término do mandato. O Conselho Fiscal, tal como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao *Securities Act* e Lei *Sarbanes-Oxley*. Em 2013 foram realizadas 11 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os

serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

Adotamos o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. Nossas demonstrações contábeis são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2013 R\$ mil	% em relação à auditoria	2012 R\$ mil	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Contábeis	256	62,14	272	76,84
Avaliação de controles internos - SOX	156	37,86	82	23,16
	412	100,00	354	100,00
Serviços adicionais:				
Revisão de DIPJ e das provisões trimestrais de IR e CSSL	81	19,66	24	6,78
Total	493	119,66	378	106,78

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e no Art. 23 da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003.

INVESTIMENTOS

Conclusão da Operação de Alienação da Participação da Cemig GT na TBE para Taesa

Em 31 de maio de 2013, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, celebrado em 17 de maio de 2012, foram concluídas as transferências, através da alienação dos ativos, para a TAESA, (i) das participações societárias diretas das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) das participações societárias indiretas das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE (em conjunto chamadas “Grupo TBE”).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e a TAESA desembolsou, pela transferência dos ativos adquiridos, o valor total de R\$ 1.691 milhões, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não, sendo o montante de R\$71.429 recebidos diretamente pela Companhia.

Por conta desta transação, a Cemig GT registrou perda no resultado de 2013, no montante de R\$62 milhões, líquida dos efeitos de impostos, como demonstrado na tabela abaixo, considerando como prejuízo realizado apenas a parcela relativa à participação dos demais investidores, que são terceiros independentes, na TAESA:

	Efeitos apurados
Valor recebido pelos ativos	71.429
Valor contábil dos ativos	(165)
Subtotal	(94)
Efeitos fiscais – IR e CS	32
Efeito líquido no resultado do período	(62)

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig GT aprovaram a redução do Capital Social da Companhia de R\$3.297 milhões para R\$893 milhões em decorrência da transferência das ações de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA para a Cemig, deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESA

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital. Em 26 de agosto de 2010, a NESA assinou Contrato de Concessão No 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“PETROBRAS”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da BRASIL PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e CHIPLEY, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA, bem

como a estruturação da CHIPLEY, sociedade com participação da Cemig GT, da RENOVA e da RENOVAPAR, com participações de 40%, 59% e 1%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da BRASIL PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da BRASIL PCH, exercera o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela CHIPLEY do valor de R\$740 milhões.

Celebração de Acordo de Investimento

A Cemig GT aprovou em 2013 a celebração de Acordo de Investimento juntamente com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“CHIPLEY”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da RENOVA, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 14/06/2013.

O preço de emissão das ações da RENOVA será de R\$ 16,2266 por ação ordinária, nos termos do art. 170, §1º, I da Lei das S.A. sendo que a parcela do aumento do capital social da RENOVA a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$ 1.415 milhões. Os valores acima serão atualizados pela variação do CDI desde 31/12/2012.

Investimentos em Expansão da Geração

A Cemig tem investido na expansão, reforma e melhoria de seu parque gerador. Entre os principais projetos, destaca-se (os valores descritos referem-se à realização ao longo de 2013 e não representam o valor total do projeto).

- SPE – Amazônia Energia Participações S.A. (Belo Monte) - R\$119 milhões – A Cemig possui 74,5% de participação na Amazônia Energia que por sua vez possui 9,77% de participação na Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Este empreendimento que encontra-se com 24,93% de sua implantação realizada e a entrada em operação da casa de força principal está prevista para março de 2016.
- SPE Guanhães (Programa Minas PCH) – R\$110 milhões. Em setembro de 2012 foi iniciada a construção de quatro PCHs no Leste de Minas Gerais, com capacidade total instalada de 44 MW: Senhora do Porto, Dores de Guanhães e Jacaré, localizadas no município de Dores de Guanhães, e Fortuna II, nos municípios de Guanhães e Virgíópolis. Para este empreendimento, que tem a participação de

49% da Cemig, está previsto um investimento total de R\$321 milhões. As obras estão em andamento e a primeira unidade entrará em operação comercial no segundo semestre de 2014.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. (“Vale” e, em conjunto com a Cemig GT, as “Partes”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

A Aliança Geração de Energia S/A será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. A participação da Cemig GT mencionada acima para a Associação foi avaliada em R\$2.030 milhões. Com a Associação a Cemig GT eleva o seu potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$206 milhões, 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S/A, que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S/A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale. O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

As partes elaboraram os contratos da Associação e de Aquisição estabelecendo o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

A Cemig informa que a eficácia das transações está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes e formalidades legais, como aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e anuência das suas instituições financeiras credoras, bem como aprovação das autoridades governamentais competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma de legislação aplicável

Transmissão

No exercício de 2013 foram realizados cerca de R\$91 milhões em investimentos na expansão, reformas e melhorias do sistema de transmissão da Cemig GT.

GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig GT.

Identificamos riscos estratégicos e de processos/operacionais. Os estratégicos são aqueles relacionados aos objetivos e à visão da Empresa, ou de decisões estratégicas que podem não alcançar o êxito planejado. Para estes criamos uma matriz onde identificamos 24 riscos estratégicos, riscos como dificuldades na Captação de Recursos e contingências ambientais estão presentes nessa Matriz. Já os riscos operacionais, que surgem no exercício das funções do negócio, ou seja, estão associados às pessoas, aos sistemas e aos processos de que sua operação depende. O caderno de riscos do ultimo ciclo de revisão foi finalizado com 160 mapeados, riscos como ruptura de barragens e incertezas regulatórias sobre a comercialização de energia da geradora.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC que tem, ainda, como atribuições: (i) Propor, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes, políticas e procedimentos a serem adotados no Processo de Gerenciamento de Riscos Corporativos garantindo as melhorias contínuas do processo, promovendo sua divulgação; (II) Analisar e propor à Diretoria Executiva ações prioritárias contemplando os riscos categorizados como “críticos”, na matriz de exposição final; e (III) Submeter à aprovação da Diretoria Executiva mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

No ano de 2013 a Companhia teve gastos registrados em suas demonstrações contábeis referente Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética no valor de R\$40 milhões.

Destacaram em 2013 as seguintes pesquisas e projetos:

Projeto Mineirão Solar - Em 2013 foi concluída a montagem da Usina Solar Fotovoltaica (USF) do estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão, tornando-se o primeiro estádio sede de jogos da Copa do Mundo FIFA 2014 a possuir uma usina deste tipo. A USF Mineirão tem uma potência instalada de 1,42 MWp, com cerca de 6.000 módulos fotovoltaicos (painéis solares) e fornecerá energia para o Estádio e para venda ao mercado. Atualmente a USF do Mineirão encontra-se em fase de comissionamento e testes de operação, com previsão de operação comercial antes da entrega do estádio para os jogos da Copa do Mundo. O investimento foi de €3,7 milhões.

Projeto de pesquisa de energia solar fotovoltaica em Sete Lagoas - Em 2013 deu-se seguimento à construção da USF (Usina Solar Fotovoltaica) experimental de Sete Lagoas, numa parceria entre a Cemig, a empresa espanhola Solaria, a UFMG e a FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Minas Gerais, no âmbito do programa de P&D Cemig / Aneel. Sua capacidade será de 3,3 MWp. A USF de Sete Lagoas possibilitará aliar a geração de energia elétrica a partir desta abundante fonte energética renovável a um sofisticado centro de pesquisa em energia solar.

Projeto de P&D “Mitigação de efluentes atmosféricos da UTE Barreiro” - Em 2013 foi iniciado o projeto GT 482 “Mitigação de efluentes atmosféricos da UTE Barreiro”, uma parceria entre Cemig, Cefet e as empresas Neomatrix e V&M do Brasil. O projeto prevê a construção de uma planta anexa à Usina Termoelétrica do Barreiro, cujo objetivo é a captura e imobilização dos gases de efeito estufa provenientes das atividades de geração da usina, com perspectiva de redução de 25% das emissões do efluente tratado.

Projeto de “Pesquisa e Desenvolvimento de Geração Sustentável de Energia Elétrica por moto-geradores com a utilização de efluentes da Agroindústria do Carvão Vegetal na cadeia produtiva do Ferro-Gusa” - O objetivo principal deste projeto é a geração de energia elétrica a partir dos efluentes oriundos da decomposição de biomassa vegetal, reduzindo-se consideravelmente o potencial poluidor e aumentando a eficiência energética na produção de carvão.

Projeto de P&D intitulado “Gaseificação de Resíduo Sólido Urbano para a Geração de Eletricidade” - Seu objetivo é a construção de uma unidade em escala piloto para gaseificação de combustíveis derivados da biomassa de resíduos sólidos urbanos, reduzindo o impacto ambiental gerado por esses resíduos depositados na região. A previsão de duração é de três anos.

Projeto de P&D: Uso de gases residuais de carbonização da madeira para a produção de carvão vegetal – Tem como objetivos principais o desenvolvimento e construção de um sistema de transporte de gases de carbonização e de um sistema de aproveitamento de resíduos de biomassa florestal, que permita a geração de energia elétrica. Em 2013 houve aportes por parte da Cemig no valor de R\$1,8 milhões.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Crescer envolvendo todos os seus públicos de relacionamento é a estratégia de responsabilidade social desta Companhia.

Baseada nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamados pela ONU em 1948, a Cemig GT construiu suas políticas internas, como as de Comunicação, Comunicação com a Comunidade, Recursos Humanos e Código de Conduta, promovendo a dignidade, os direitos, a liberdade e a igual proteção da lei, sem distinção, e assegurando que não realiza e não contrata empresas que possuam práticas que desrespeitam estes princípios, como o trabalho forçado, escravo ou infantil.

Em todas as interações da Companhia há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig GT.

Em novos empreendimentos ou naqueles que a Companhia administra, o contato com as comunidades ocorre ao longo de todo o ano, por meio de projetos de educação, incentivo ao artesanato e atividades locais, alerta para chuvas, visitas periódicas, treinamentos, com o intuito de prestar assistência e acompanhar o desenvolvimento local.

Alguns projetos de destaque no ano de 2013 para a Cemig Geração e Transmissão são:

Projeto Versol

O Versol, projeto que forma novos velejadores, é uma parceria entre a Companhia, a Prefeitura de Três Marias e o Instituto Rumo Náutico, dirigido pelos irmãos Grael. No projeto são oferecidas 230 vagas por semestre, para crianças e adolescentes de 9 a 24 anos, de ambos os sexos, da rede pública de ensino. Os participantes recebem aulas de vela, caiaque, remo, natação, vôlei e outros esportes e praticam atividades lúdicas. Além disso, aprendem sobre mecânica náutica, noções climáticas, ecoturismo e biologia.

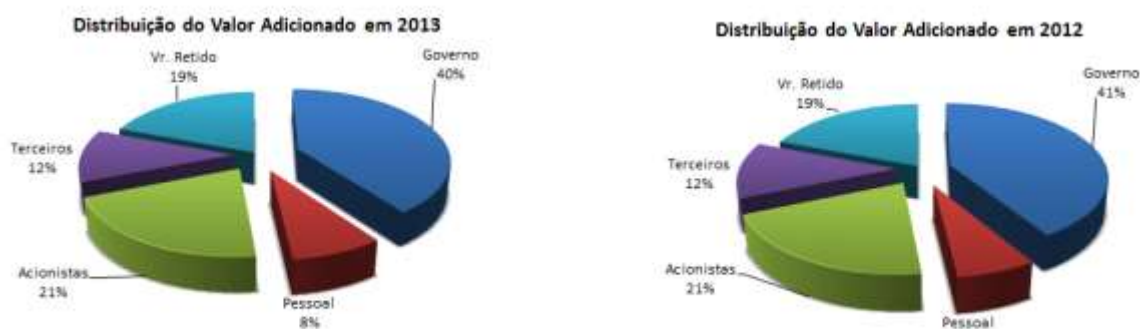
Programa Proximidade

Com o foco em desenvolver uma cultura de esclarecimento sobre a questão das enchentes, suas origens, ações e comportamentos que a agravam, ações que reduzem seus efeitos e como os reservatórios trabalham para minimizá-las, a Cemig GT realiza eventos durante o ano em diversas localidades, com apresentação de palestras sobre a previsão meteorológica, a atuação da empresa para o controle das cheias, os

procedimentos para garantir a segurança física dos barramentos, as ações ambientais e outros temas relevantes para a população local. A programação inclui ainda uma visita guiada à usina instalada na região para as pessoas conhecerem sua estrutura e funcionamento.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a representatividade da Companhia para a sociedade, a sua geração de riqueza, com R\$4.533 milhões de valor adicionado em 2013 em comparação a R\$4.851 milhões em 2012.



Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

Número de empregados



Cultura e Sociedade

Em 2013, os patrocínios permaneceram alinhados à estratégia da Política de Patrocínios da Companhia, atuando em sinergia com as políticas públicas vigentes para melhoria do cenário cultural do Estado.

Meio Ambiente

A Cemig historicamente possui como direcionador o cuidado ambiental em suas atividades e negócios, contribuindo para a preservação, conservação e melhoria do meio ambiente de forma sustentável.

Para elaborar essa estratégia, a Cemig identifica e prioriza os projetos socioambientais relevantes por meio de uma matriz de riscos, integrante do Programa de Adequação Socioambiental, cuja tomada de decisões é feita com base em um cenário de longo prazo que considera os riscos e oportunidades relativas aos principais desafios ambientais da empresa. Periodicamente, esse programa é acompanhado pelo Comitê de Adequação Socioambiental que é composto por representantes das diretorias da Empresa.

São documentos regentes e pautam todas as ações e iniciativas realizadas pela Companhia ou em nome dela são pautadas pela Política Ambiental, Política de Biodiversidade e o Compromisso com as Mudanças Climáticas.

A Cemig GT possui uma estruturada gestão que busca instrumentalizar suas atividades para serem indutoras do desenvolvimento sustentável nas regiões onde atua. Dentre elas, podem-se destacar os programas direcionados à preservação de peixes, à pesquisa e desenvolvimento em inovação e em alternativas energéticas.

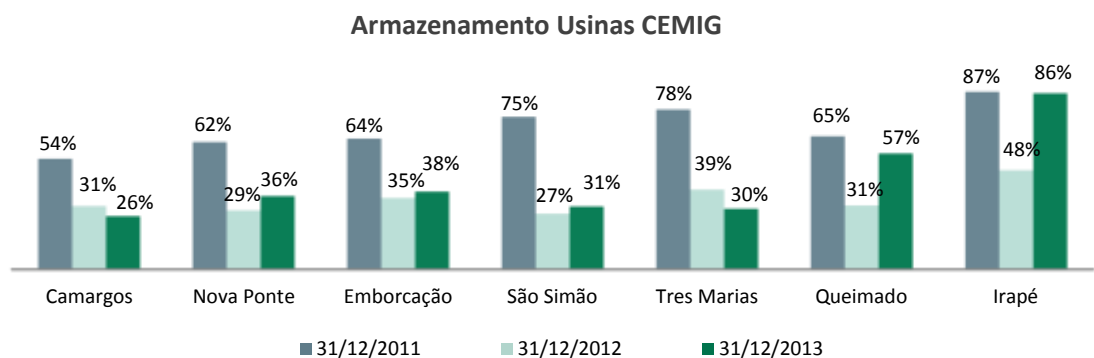
Em 2013, o valor total aplicado pela Cemig Geração e Transmissão em meio ambiente foi de 34,9 milhões na gestão ambiental, destes 8 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente. Os recursos aplicados em Consórcios onde a Cemig participa somaram 11,7 milhões.

Recursos Hídricos

A qualidade da água dos reservatórios da Cemig GT é monitorada regularmente, em uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais (Grande, Paranaíba, Pardo, São Francisco, Doce, Paraíba do Sul, Itabapoana e Jequitinhonha), perfazendo um total de 43 reservatórios e mais de 200 estações de coleta de dados físicos químicos e biológicos.

A Cemig utiliza também para monitoramento da qualidade da água, o Índice de Qualidade das Águas – IQA, disponibilizado pelo IGAM - Instituto de Gestão das Águas, que indica o grau de contaminação das águas por materiais orgânicos, nutrientes e sólidos, que normalmente são indicadores de poluição associados a despejos

domésticos.



Programas para a Ictiofauna

Considerando a predominância de Usinas Hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui empreendimentos.

Um exemplo de integração entre a conservação ambiental e os benefícios sociais é o programa Peixe Vivo. Foi criado há sete anos com o objetivo de criar medidas efetivas para a conservação da ictiofauna, favorecendo também as comunidades vizinhas que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. O Programa procura ampliar as atividades de peixamentos, pesquisas e alternativas preventivas para as ações de geração de energia com o menor impacto possível à ictiofauna.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig GT em relação às mudanças do clima é parte de sua estratégia de negócios para liderar mundialmente o setor de energia elétrica no quesito sustentabilidade. Dentro dessa visão empresarial, a empresa dedica uma atenção especial no desenvolvimento e consolidação de uma matriz energética predominantemente renovável, na identificação dos riscos e oportunidades potenciais aos seus negócios e na busca de soluções para adaptação e mitigação dos possíveis efeitos que possam impactá-los.

Em 2013 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por auditoria independente.

Com relação aos projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo -MDL, a Cemig possui projetos que estão em diferentes estágios para registro e obtenção de Certificado de Emissão Reduzida.

A Cemig GT apresenta uma matriz energética 98% advinda de fontes renováveis, especificamente, hidráulica em pequenas e grandes usinas hidrelétricas, eólica e solar. Investe fortemente em Pesquisa e Desenvolvimento em inovação e em fontes alternativas de energia, programas de eficiência e conservação energética e no

desenvolvimento de projetos de MDL- Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, previstos no Protocolo de Kyoto. Em 2012 a Cemig GT publicou o seu primeiro Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por auditoria independente.

Desde 2007, a Cemig GT responde ao CDP - Carbon Disclosure Project integrando o maior banco de dados global em impacto climático corporativo que representa 535 investidores globais com mais de US\$64 trilhões em ativos sob gestão.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig GT em 2012, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Environmental Tracking

A Cemig, controladora da Cemig GT, obteve o primeiro lugar no Environmental Tracking (ET) Carbon Ranking Brics 300, ranking que avalia a quantificação, pelas empresas dos países emergentes, de emissões de gases de efeito estufa e a transparência dada à divulgação dos dados. Por essa conquista, a Concessionária recebeu, também, o ET Carbon Ranking Leader Award, premiação que reconhece a sua liderança nessa área e reforça o compromisso público da Cemig em desenvolver ações relacionadas à sustentabilidade.

A Cemig também foi reconhecida pelo Carbon Disclosure Project (CDP), organização não governamental que detém o maior banco de dados corporativos do mundo sobre mudanças climáticas, como uma das dez empresas brasileiras que se destacaram no quesito “Transparência” na divulgação de informações relacionadas às mudanças climáticas. É o segundo ano consecutivo que a Cemig é reconhecida pela organização.

Usina São Simão

A Usina Hidrelétrica de São Simão, da Cemig GT, recebeu o prêmio International Milestone Rockfill Dam Project Award, que reconhece as barragens consideradas referências para o setor energético mundial, durante a abertura do Hydropower 2013 e do 3º Simpósio Internacional de Barragens por Entroncamento, na cidade de Kunming (China). São Simão foi escolhida por unanimidade para receber o prêmio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

1) Base de Cálculo	2013			2012 (Reclassificado)		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)			5.230.134			4.639.948
Resultado Operacional (RO)			2.616.133			2.929.511
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			252.043			239.618
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	15.178	6,02	0,29	14.893	6,22	0,32
Encargos sociais compulsórios	69.827	27,70	1,34	68.414	28,55	1,47
Previdência privada	19.372	7,69	0,37	17.990	7,51	0,39
Saúde	9.234	3,66	0,18	9.020	3,76	0,19
Segurança e medicina no trabalho	4.676	1,86	0,09	4.640	1,94	0,10
Educação	170	0,07	-	201	0,08	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	10.831	4,30	0,21	12.651	5,28	0,27
Creches ou auxílio-creche	524	0,21	0,01	522	0,22	0,01
Participação nos lucros ou resultados	58.798	23,33	1,12	59.215	24,71	1,28
Outros	4.501	1,79	0,09	4.293	1,79	0,09
Total - Indicadores Sociais Internos	193.111	76,63	3,70	191.839	80,06	4,12
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	14.008	0,54	0,27	11.130	0,43	0,21
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	5.958	0,23	0,11	5.265	0,20	0,10
Total das Contribuições para a Sociedade	19.966	0,77	0,38	16.395	0,63	0,31
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.816.179	69,42	34,73	2.146.154	82,04	39,57
Total – Indicadores Sociais Externos	1.836.145	70,19	35,11	2.162.549	82,67	39,88
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	161.600	6,18	3,09	134.693	5,15	2,48
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	161.600	6,18	3,09	134.693	5,15	2,48
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		(x) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período			1.665			1.724
Nº de admissões durante o período			219			2
Nº de empregados (as) terceirizados (as)			ND			ND
Nº de estagiários (as)			90			125
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária			799			800
- 2º Grau			810			851
- 1º Grau			45			55
- Até 1º Grau incompleto			11			18
Nº de empregados (as) acima de 45 anos			710			880
Nº de mulheres que trabalham na Companhia			232			264
% de cargos de chefia ocupados por mulheres			12,20			15,15
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia			506			525
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)			15,85			16,16%
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais			20			9

6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013			Metas 2014		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	24,97			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	21			NÃO HÁ META		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() Todos (as) + CIPA
A previdência privada contempla	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	na Companhia __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	__ ND __%	__ ND __%	__ ND __%	__ ND __%	__ ND __%	__ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2013:			Em 2012: 5.478.215		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	40,05% governo 20,75% acionistas	8,23% colaboradores (as) 11,72% terceiros 19,25% retido		41,36% governo 20,47% acionistas	6,83% colaboradores (as) 12,23% terceiros 19,11% retido	
7) Outras Informações						

- I. O valor total aplicado pela Cemig Geração e Transmissão em meio ambiente foi de 34,9 milhões na gestão ambiental, destes 8 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.
- II. Os resíduos gerados são quantificados e controlados de acordo com procedimentos corporativos de manuseio, transporte, armazenagem e destinação final. Esses procedimentos tendem a evoluir para a determinação de metas anuais de redução de resíduos.
- III. Em 2013 foram destinados 512 toneladas de resíduos, sendo que 471 toneladas foram alienadas ou recicladas e 41 toneladas foram coprocessadas ou incineradas.
- IV. A quantificação do consumo de energia elétrica e combustível é realizada anualmente e não possui metas de redução.

* Foram contabilizados na linha "Investimentos relacionados com a produção/operação da Companhia".

A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS

Descrições	2013	2012	2011
Atendimento			
Número de consumidores	426	375	300
Número de empregados	1.665	1.724	1.798
Energia vendida por empregado - MWh	21.188	20.026	19.158
Mercado			
Geração própria	24.715	36.041	31.807
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	124,71	119,84	110,35
Operacionais			
Número de Usinas em Operação	51	53	52
Capacidade Instalada (MW)	6.529	6.429	6.368
Financeiros			
Receita operacional líquida - R\$ milhões	5.230	4.640	3.892
Margem operacional - %	50,02	63,14	55,56
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	2.960	3.240	2.502
Resultado - R\$ milhões	1.811	1.919	1.269
Resultado por ação	0,6253	0,6626	0,4381
Patrimônio líquido - R\$ milhões	3.815	5.406	5.086
Valor patrimonial por ação	1,3170	1,8317	1,7512
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	34,14	37,84	25,13
Endividamento do patrimônio líquido - %	125,52	133,50	146,97
Liquidez Corrente	1,08	0,86	0,52
Liquidez Geral	0,80	0,98	0,33

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Dorothea Fonseca Furquim Werneck	Paulo Sérgio Machado Ribeiro
Djalma Bastos de Moraes	Lauro Sérgio Vasconcelos David
Wando Pereira Borges	Marco Antonio Rodrigues da Cunha
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Tadeu Barreto Guimarães	Leonardo Maurício Colombini Lima
João Camilo Penna	Guilherme Horta Gonçalves Júnior
Joaquim Francisco de Castro Neto	Adriano Magalhães Chaves
Fuad Jorge Noman Filho	Luiz Augusto de Barros
Guy Maria Villela Paschoal	Christiano Miguel Moysés
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Otávio Marques de Azevedo	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
Ricardo Coutinho de Sena	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond	Marcus Eolo de Lamounier Bicalho
Luiz Guaritá Neto	Ari Barcelos da Silva
Thales de Souza Ramos Filho	Aliomar Silva Lima
Lauro Sander	Salvador José Cardoso de Siqueira
Helton da Silva Soares	Bruno Gonçalves Siqueira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Djalma Bastos de Moraes	Diretor-Presidente
Arlindo Porto Neto	Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schüffner Neto	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros	Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos	Diretor de Gás
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
José Raimundo Dias Fonseca	Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho	Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães	Diretora Jurídica

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012	01/01/2012 Reclassificado
CIRCULANTE				
Caixa e Equivalentes de Caixa	05	1.107.174	509.152	1.150.309
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	531.993	445.639	170.239
Consumidores e Revendedores	07	673.833	494.893	454.950
Concessionários - Transporte de Energia		29.303	65.657	66.451
Ativo Financeiro da Concessão	12	2.254	287.692	42.106
Tributos Compensáveis	08	183.549	26.708	29.634
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	09	67.886	82.354	26.869
Revendedores - Transações com Energia Livre		42.617	20.755	22.080
Dividendos a Receber		9.985	66.832	10.726
Estoques		5.574	5.204	4.355
Outros Créditos		59.434	61.330	71.983
TOTAL DO CIRCULANTE		2.713.602	2.066.216	2.049.702
NÃO CIRCULANTE				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	06	49.613	40.314	-
Tributos Compensáveis	08	40.152	37.392	28.921
Depósitos Vinculados a Litígios	11	159.673	159.358	150.510
Transações com Partes Relacionadas		15.849	30.471	3.255
Outros Créditos		8.980	9.472	8.559
Ativo Financeiro da Concessão	12	776.881	717.728	716.232
Investimentos	13	1.519.321	3.539.372	2.980.579
Imobilizado	14	5.137.692	5.414.273	5.677.753
Intangíveis	15	53.276	63.915	33.522
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.761.437	10.012.295	9.599.331
TOTAL DO ATIVO		10.475.039	12.078.511	11.649.033

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 1º DE JANEIRO DE 2012

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012 Reclassificado	01/01/2012 Reclassificado
CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	455.244	829.396	1.645.152
Debêntures	18	630.720	632.886	3.122.650
Fornecedores	16	214.240	206.569	116.509
Impostos, Taxas e Contribuições	17	84.552	76.615	70.448
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		905.687	399.476	-
Salários e Encargos Sociais		42.668	51.337	57.039
Encargos Regulatórios	19	25.177	75.288	58.003
Participações nos Lucros		32.049	19.377	18.845
Transações com Partes Relacionadas		29.968	22.594	29.900
Obrigações Pós-Emprego	20	31.295	11.593	17.048
Concessões a Pagar		19.534	15.440	7.220
Outras Obrigações		49.605	49.189	51.338
TOTAL DO CIRCULANTE		2.520.739	2.389.760	5.194.152
NÃO CIRCULANTE				
Empréstimos e Financiamentos	18	1.019.832	852.728	272.304
Debêntures	18	1.987.010	2.340.953	46.896
Provisões	21	56.624	13.963	14.347
Obrigações Pós-Emprego	20	523.948	585.254	441.274
Impostos, Taxas e Contribuições	17	101.233	101.233	106.686
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10a	226.768	276.974	302.504
Encargos Regulatórios	19	77.262	42.935	70.162
Concessões a Pagar		145.490	165.221	123.871
Outras Obrigações		1.116	3.442	3.875
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		4.139.283	4.382.703	1.381.919
TOTAL DO PASSIVO		6.660.022	6.772.463	6.576.071
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	22			
Capital Social		893.192	3.296.785	3.296.785
Reservas de Lucros		2.384.711	1.418.845	989.503
Ajustes de Avaliação Patrimonial		537.114	590.418	786.674
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.815.017	5.306.048	5.072.962
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.475.039	12.078.511	11.649.033

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2013	2012 Reclassificado
RECEITA	23	5.230.134	4.639.948
CUSTOS OPERACIONAIS			
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	24		
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(256.610)	(267.863)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.244.499)	(713.066)
		<u>(1.501.109)</u>	<u>(980.929)</u>
CUSTO	24		
Pessoal e Administradores		(229.150)	(230.752)
Materiais		(10.320)	(10.801)
Matéria Prima e Insumo		(55.597)	(5.025)
Serviços de Terceiros		(110.067)	(113.640)
Depreciação e Amortização		(339.957)	(308.221)
Provisões Operacionais		(55.117)	(998)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(125.751)	(178.072)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(91.176)	(107.304)
Outros (custos) receitas de operação		(11.742)	(9.975)
		<u>(1.028.877)</u>	<u>(964.788)</u>
CUSTO TOTAL		(2.529.986)	(1.945.717)
LUCRO BRUTO		2.700.148	2.694.231
DESPESA OPERACIONAL	24		
Despesas com Vendas		253	(2.004)
Despesas Gerais e Administrativas		(202.097)	(141.596)
Perda na Alienação de Investimento		(94.080)	-
Outras Despesas Operacionais		(138.268)	(158.484)
		<u>(434.192)</u>	<u>(302.084)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial		350.177	537.364
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		2.616.133	2.929.511
Receitas Financeiras	25	303.201	132.785
Despesas Financeiras	25	(506.053)	(574.786)
Resultado antes dos Impostos		2.413.281	2.487.510
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10b	(673.089)	(548.612)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	71.182	(19.413)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		1.811.374	1.919.485
Lucro Básico por ação ordinária		0,6253	0,6626
Lucro Diluído por ação ordinária		0,6253	0,6626

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 Reapresentado
RESULTADO DO PERÍODO	1.811.374	1.919.485
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:		
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa, líquido de impostos	-	(703)
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado:		
Ganho/perdas atuariais relacionados a benefícios a empregados, líquido de impostos	40.706	(87.244)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	1.852.080	1.831.538
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	1.852.080	1.831.538

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 ANTERIORMENTE APRESENTADOS	3.296.785	989.503	799.788	-	5.086.076
Efeitos de adoção de nova prática contábil – (Nota 2.6)	-	-	(13.114)	-	(13.114)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 REAPRESENTADO	3.296.785	989.503	786.674	-	5.072.962
Resultado do Exercício	-	-	-	1.919.485	1.919.485
Outros Resultados Abrangentes:	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais - líquido de impostos	-	-	(87.244)	-	(87.244)
Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido de impostos	-	-	(703)	-	(703)
Resultado abrangente do exercício	-	-	(87.947)	1.919.485	1.831.538
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,0759 por ação)	-	-	-	(219.843)	(219.843)
Dividendos Intermediários (R\$0,2362 por ação)	-	-	-	(684.300)	(684.300)
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação	-	-	(108.309)	108.309	-
Dividendos de 2011 excedentes ao dividendo mínimo estatutário (R\$0,2091 por ação)	-	(605.734)	-	-	(605.734)
Reserva Legal	-	95.975	-	(95.975)	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	939.101	-	(939.101)	-
Dividendos Estatutários Adicionais Propostos (R\$0,3325 por ação)	-	-	-	(88.575)	(88.575)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 REAPRESENTADO	3.296.785	1.418.845	590.418	-	5.306.048
Resultado do período	-	-	-	1.811.374	1.811.374
Outros resultados abrangentes:	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas atuariais - líquido de impostos	-	-	40.706	-	40.706
Resultado abrangente do exercício	-	-	40.706	1.811.374	1.852.080
Redução de Capital	(2.403.593)	-	-	-	(2.403.593)
Ajuste de Avaliação Patrimonial, líquido de impostos	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio (R\$0,0779 por ação)	-	-	-	(225.540)	(225.540)
Dividendos Estatutários Obrigatórios - 50% do lucro exercício (R\$0,2465 por ação)	-	-	-	(713.978)	(713.978)
Dividendos Adicionais Propostos (R\$0,0162 por ação)	-	47.005	-	(47.005)	-
Realização da Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(94.010)	94.010	-
Retenção de Lucros	-	918.861	-	(918.861)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	893.192	2.384.711	537.114	-	3.815.017

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	1.811.374	1.919.485
Ajustes por:		
Depreciação e Amortização	343.364	310.851
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	6.076	33.951
Perdas na Alienação de Investimentos	94.080	-
Equivalência Patrimonial	(350.177)	(537.364)
Juros e Variações Monetárias	429.919	484.835
Imposto de Renda e Contribuição Social	601.907	568.025
Ganho Líquido na indenização de ativos	(20.673)	(192.311)
Provisões para Perdas Operacionais	54.864	6.248
Obrigações Pós-Emprego	61.029	51.145
	<u>3.031.763</u>	<u>2.644.865</u>
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(178.687)	(46.576)
Tributos Compensáveis	(159.601)	(5.545)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(202.321)	(55.486)
Transporte de Energia	36.354	794
Ativo Financeiro	286.004	52.533
Depósito Judiciais	(315)	(8.848)
Dividendos Recebidos	185.050	317.525
Outros	(5.261)	(16.999)
	<u>(38.777)</u>	<u>237.398</u>
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	7.671	90.060
Tributos e Contribuição Social	7.937	714
Salários e Contribuições Sociais	(8.669)	(5.702)
Encargos Regulatórios	(15.784)	(9.942)
Obrigações Pós-Emprego	(40.957)	(44.807)
Concessões a pagar	17.564	49.570
Outros	5.678	13.176
	<u>(26.560)</u>	<u>93.069</u>
Caixa Gerado nas Operações	2.966.426	2.975.332
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(456.294)	(571.846)
Juros Pagos	(329.503)	(495.774)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.180.629	1.907.712
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em Investimentos	(327.038)	(395.060)
Caixa recebido na Alienação de Investimentos	71.429	-
No Imobilizado	(30.600)	(78.298)
No Intangível	(12.690)	(33.417)
No Ativo Financeiro	(91.176)	(107.304)
Em Títulos e Valores Mobiliários	(95.653)	(315.714)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(485.728)	(929.793)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos Obtidos	-	2.365.443
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(663.573)	(2.785.543)
Juros Sobre Capital Próprio Pagos	(225.540)	(219.844)
Dividendos Pagos	(207.766)	(979.132)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.096.879)	(1.619.076)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	598.022	(641.157)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	509.152	1.150.309
No fim do exercício	1.107.174	509.152
	598.022	(641.157)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de Reais)

	2013		2012	
			Reclassificado	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	6.248.434		5.599.445	
Receita de Indenização da transmissão	20.673		192.311	
Receita de Construção	91.176		107.304	
Investimentos em Imobilizado	32.696		106.029	
Caixa Recebido na Alienação de Investimentos	71.429		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	253		(2.004)	
Outras Receitas	1.293		1.660	
	<u>6.465.954</u>		<u>6.004.745</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.347.285)		(775.833)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(278.389)		(293.635)	
Serviços de Terceiros	(223.881)		(228.191)	
Matéria prima e insumos para produção de energia	(59.758)		(5.508)	
Materiais	(68.808)		(101.251)	
Custos na Alienação de Investimentos	(165.509)		-	
Outros Custos Operacionais	(99.496)		(108.955)	
	<u>(2.243.126)</u>		<u>(1.513.373)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	4.222.828		4.491.372	
RETENÇÕES				
Depreciação e Amortização	(343.364)		(310.851)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.879.464		4.180.521	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	350.177		537.364	
Receitas Financeiras	303.201		132.785	
	<u>653.378</u>		<u>670.149</u>	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	4.532.842		4.850.670	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		%		%
Empregados	374.994	8,27	331.686	6,83
Remuneração direta	240.539	5,31	226.417	4,66
Benefícios	93.900	2,07	81.994	1,69
FGTS	15.046	0,33	14.748	0,30
Programas de Desligamento de Empregados	25.509	0,56	8.527	0,18
Impostos, Taxas e Contribuições	1.815.197	40,04	2.006.297	41,36
Federais	1.357.134	29,94	1.539.574	31,74
Estaduais	456.547	10,07	464.878	9,58
Municipais	1.516	0,03	1.845	0,04
Remuneração de Capitais de Terceiros	531.277	11,72	593.202	12,23
Juros	506.053	11,16	574.786	11,85
Aluguéis	25.224	0,56	18.416	0,38
Remuneração de Capitais Próprios	1.811.374	39,96	1.919.485	39,58
Juros Sobre Capital Próprio/Dividendos	939.518	20,73	992.718	20,47
Lucros Retidos	871.856	19,23	926.767	19,11
	<u>4.532.842</u>	<u>100,00</u>	<u>4.850.670</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, sem ações negociadas em bolsa, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 51 Usinas, sendo 47 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas e 1 Termelétrica e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas e Controladas em conjunto:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,8% do capital, com influência significativa na administração, mas sem controle em conjunto. A previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.

- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;

- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em setembro de 2010;

- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver nota explicativa nº 13.

A controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2013, R\$18.624.982 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 31 de dezembro de 2013, o

montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.862.498. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e que, em 31 de dezembro de 2013, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$199.510 O efeito proporcional na Companhia é de R\$19.951. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica , mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro. A entrada em operação ocorreu em maio de 2012.

Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para agosto de 2014.
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;
- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Em 06 de março de 2014, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2014.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 12 - Ativos Financeiros da concessão;
- Nota 14 – Depreciação;
- Nota 15 – Amortização;
- Nota 15 – Intangíveis;
- Nota 20 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 21 – Provisões; e
- Nota 23 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica;
- Notas 27 e 28 – Instrumentos Financeiros Derivativos e Mensuração pelo Valor Justo.

2.5 Novos pronunciamentos contábeis adotados a partir de 2013

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2013 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações contábeis, de maneira retrospectiva. Estão destacadas abaixo as principais alterações com efeito nestas demonstrações contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente

como resultado abrangente diretamente no Patrimônio Líquido, de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão sejam reconhecidos no Balanço Patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit dos planos.

CPC.19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as “*joint ventures*” e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

Em função da adoção dessa norma, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

A seguir, apresentamos um resumo das Informações Contábeis que sofreram modificações em função das novas práticas contábeis ou em função das reclassificações mencionadas acima:

BALANÇO PATRIMONIAL	01/01/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo	11.649.033	-	11.649.033
Passivo Circulante	5.194.152	-	5.194.152
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	421.404	19.870	441.274
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	309.260	(6.756)	302.504
Total do Passivo Não Circulante	1.368.805	13.114	1.381.919
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	799.788	(13.114)	786.674
Total do Patrimônio Líquido	5.086.076	(13.114)	5.072.962

BALANÇO PATRIMONIAL	31/12/2012		
	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Total do Ativo	12.078.511	-	12.078.511
Total do Passivo Circulante	2.389.760	-	2.389.760
Passivo Não Circulante			
Benefícios Pós-Emprego	433.197	152.057	585.254
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	328.673	(51.699)	276.974
Total do Passivo Não Circulante	4.282.345	100.358	4.382.703
Patrimônio Líquido			
Ajuste de Avaliação Patrimonial	690.776	(100.358)	590.418
Total do Patrimônio Líquido	5.406.406	(100.358)	5.306.048

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES	NOTA	Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Ajustado
RESULTADO DO PERÍODO		1.919.485	-	1.919.485
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE				
Ajuste de Avaliação Patrimonial – Hedge de Fluxo de Caixa	a	(1.065)	362	(703)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	a	362	(362)	-
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado:				
Ganho/perdas atuariais relacionados a benefícios a empregados, líquido de impostos	a	-	(87.244)	(87.244)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2012			
	NOTA	Publicado	Reclassificações	Saldo Reapresentado
Receitas	a	6.003.085	1.660	6.004.745
Insumos adquiridos de terceiros	a	(131.933)	22.978	(108.955)
Receitas Financeiras	a	668.114	2.035	670.149
Valor adicionado a distribuir		4.823.997	26.673	4.850.670
Distribuição do Valor Adicionado				
Empregados	a	331.578	108	331.686
Impostos, taxas e Contribuições	a	1.981.767	24.530	2.006.297
Remuneração de capitais de terceiros	a	591.167	2.035	593.202
Valor adicionado distribuído		4.823.997	26.673	4.850.670

- a) As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes para melhor apresentação dos seus efeitos nas demonstrações contábeis.

2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Medida Provisória 579, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Capital Social – As Ações são classificadas como Patrimônio Líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a

Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão que foram abarcados pela Medida Provisória nº 579 São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Medida Provisória nº 579, posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – A Controlada em conjunto Madeira mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições de riscos financeiros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a Madeira amparava-se na sua política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa, ressaltando que sua administração considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas

contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é feita com base em uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis da Companhia as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto que se caracterizam como “joint ventures” são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

A Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos foram integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida – (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas será objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixado em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de geração eólica – Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Os saldos dos ativos, utilizados integralmente durante o período da autorização, são reconhecidos no Ativo Intangível. Estes ativos são amortizados considerando o padrão de consumo dos direitos adquiridos no período da construção, por um prazo não superior ao prazo das respectivas autorizações.

h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem

prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no

final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

j) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu

valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor. Durante o exercício de 2013 não houve indicativo de perda de valor.

k) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor

entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, exceto para o exercício de 2012, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde efetivamente aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição

social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A companhia teve o seu Contrato de Concessão da transmissora, nº 06/1997-DNAEE, renovado por 30 anos a partir de 1º de janeiro de 2013, tendo em vista o Despacho do Ministro de Estado de Minas e Energia, de 31 de outubro de 2012, publicado no Diário Oficial da União de 1º de novembro de 2012, com fulcro na Medida Provisória nº579, de 11 de setembro de 2012 e no Decreto nº7.805, de 14 setembro de 2012.

o) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

p) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas, com base na média ponderada das ações em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

q) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

r) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e

os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

s) Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Pronunciamentos adotados em 2013

A adoção das novas normas a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme previsto no Pronunciamento CPC 23 (IAS 8) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, impactaram os saldos de 1º de janeiro de 2012, bem como os resultados e as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado a partir de 1º de janeiro de 2012, que foram devidamente ajustados para fins de comparação nestas Demonstrações Contábeis.

Os principais pronunciamentos adotados em 2013 com impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia estão apresentados abaixo:

IFRS 10 - CPC 36 (R3) - Demonstrações Financeiras Consolidadas - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle. A Administração não identificou impactos decorrentes dessa nova norma.

IFRS 11 - CPC 19 (R2) - Acordos de Participação - substitui o IAS 31 e estabelece como um acordo de controle conjunto deve ser classificado nas demonstrações financeiras. De acordo com a norma, a estrutura de um negócio em conjunto não é mais o fator principal na determinação do tipo de negócio e, conseqüentemente, da respectiva contabilização. Os empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) serão contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e o método de consolidação proporcional não será mais permitido. A Companhia deixou de consolidar proporcionalmente, à partir de 1º janeiro de 2013, as suas controladas diretas e indiretas em conjunto. Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado na nota explicativa 2.5 acima. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas.

IFRS 12 - CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação, de acordo com a IFRS 12, são mais abrangentes do que as normas atuais. O impacto é uma maior divulgação de informações de suas controladas em conjunto, incluídas na nota explicativa nº 13.

IAS 19 (revisada em 2011) - CPC 33 (R1) - Até o exercício de 2012, os custos dos serviços passados que excediam a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano eram reconhecidos no resultado pelo tempo médio de serviço futuro dos participantes ativos. Em função da alteração no CPC. 33 esses custos passaram a ser reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente. O efeito decorrente da adoção das novas práticas contábeis de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$100.358 (R\$13.114 em 1º de janeiro de 2012). O impacto no resultado de 2013 em decorrência da revisão do Pronunciamento representou uma redução de R\$4.019 na despesa com benefícios pós-emprego em comparação com a despesa que seria registrada em conformidade à antiga prática contábil.

Novos pronunciamentos ainda não adotados

A Companhia não adotou as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas, sendo que apresentará em mais detalhes aquelas que julga serem aplicáveis às suas operações:

- Alterações à IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros (3)
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (3)
- Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento (1)
- IFRIC 21 – Impostos (1)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014.

(3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 7 e IAS 32 (CPC 39) – Compensação de ativos e passivos financeiros e divulgações relacionadas

As alterações à IAS 32 esclarecem questões de adoção existentes com relação às exigências de compensação de ativos e passivos financeiros. Especificamente, essas alterações esclarecem o significado de “atualmente possui o direito legal de compensar” e “realização e liquidação simultâneas”.

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem as informações acerca dos

direitos de compensação e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para os instrumentos financeiros sujeitos à compensação ou contratos similares.

As alterações à IFRS 7 são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 e períodos intermediários a esses períodos anuais. As divulgações devem ser realizadas retrospectivamente para todos os períodos comparados. No entanto, as alterações à IAS 32 não são aplicáveis para períodos anuais iniciados antes de 1º de janeiro de 2014, com adoção retroativa exigida.

A Administração acredita que a adoção dessas alterações à IAS 32 e IFRS 7 poderá resultar em divulgações adicionais com relação à compensação de ativos e passivos financeiros no futuro.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38, 39 e 40)

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração* (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A Administração da Companhia espera que a IFRS 9 a ser adotada nas demonstrações contábeis terá um efeito relevante sobre os saldos reportados com relação aos seus ativos e passivos financeiros (por exemplo, os ativos financeiros da concessão atualmente classificados como investimentos disponíveis para venda serão mensurados ao valor justo no final dos períodos de reporte subsequentes, sendo as alterações no valor justo reconhecidas em lucro ou prejuízo). No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada.

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 Entidades de Investimento

Definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

IFRIC 21 – Impostos

Fornecer orientações sobre quando se deve reconhecer um passivo de um imposto definido pelo governo.

A Companhia está analisando os impactos dessas alterações, não sendo identificado nenhum impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações ou da transação para os IFRS, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

u) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

v) Pronunciamento não aplicável à Companhia

IFRIC 20 Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície.

3. DAS CONCESSÕES, AUTORIZAÇÕES E OS EFEITOS DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 579 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012 (CONVERTIDA EM LEI DE Nº 12.783 DE 11 DE JANEIRO DE 2013)

A Cemig Geração e Transmissão e suas controladas detêm junto à ANEEL, as concessões e autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas (1)			
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (*)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil (1)	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado (1)	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (1)			
Morro do Camelinho	Gouveia - MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe - CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio (2)	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado (2)	Aracajú - CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas (1)			
Igarapé	Juatuba - MG	01/2001	08/2024

(*) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota

Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

	Localização	Informações não auditadas	
		Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
Projetos em Andamento			
Usinas Hidrelétricas (1)			
PCH Dores dos Guanhães	Rio Guanhães	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá (3)	Minas Gerais	10/2000	10/2030

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações da Companhia nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 14.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia além de vender energia através dos leilões para as distribuidoras através do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL.No mercado livre - ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas ao invés de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente. O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões de transmissão renovadas em conformidade à Lei 12.783/13

Deve ser ressaltado que as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade a Medida Provisória nº 579, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia é remunerada, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

Medida Provisória Nº 579 (Lei Federal nº 12.783)

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP 579”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada por meio da Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, que dispõe basicamente sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre modicidade tarifária.

A MP 579, ao tratar das prorrogações das concessões de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica alcançada pela Lei 9.074/95, impôs novas condições de prorrogação às concessionárias, permitindo a prorrogação por um prazo de até 30 anos, com a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições.

A prorrogação prevista dependia ainda da aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade constantes da MP 579, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição - VNR.

Conforme também previsto, as concessões não prorrogadas nos termos da MP permanecerão com os concessionários nas condições vigentes, sendo que serão licitadas, na modalidade leilão ou concorrência, por até 30 anos ao final de cada contrato de concessão.

Em consonância com os prazos previstos na MP 579, através das Portarias do Ministério das Minas e Energia, MME nº 578 e nº 579, de 31 de outubro de 2012, foram definidas as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579 e as receitas iniciais de transmissão de energia elétrica, enquadradas no art. 6º da Medida Provisória nº 579, de 2012, para efeito da antecipação da prorrogação das concessões.

Em 1º de novembro de 2012, através da Portaria Interministerial MME-MF nº 580, foram definidos os valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração e de transmissão que optarem por antecipar os efeitos da prorrogação das concessões. Deve ser ressaltado que os valores de indenização divulgados para a transmissão foram parciais, não incluíram a indenização prevista para os ativos com data anterior a junho de 2000.

Dessa forma, o Conselho de Administração da Companhia decidiu pelas seguintes deliberações no que se refere à renovação das concessões em conformidade aos termos da MP 579:

Transmissão de energia elétrica

O valor contábil dos ativos financeiros referentes ao contrato 006/97, apurados pelo custo histórico, correspondiam ao montante de R\$606.042 em 31 de dezembro de 2013. A indenização prevista na Portaria Interministerial MME nº 580, de 01 novembro de 2012, para os ativos de transmissão da Companhia posteriores a junho de 2000 é de R\$285.438, não sendo ainda divulgado, conforme comentário anterior, o valor da indenização para os ativos de transmissão anteriores a junho de 2000.

Tendo em vista que a Companhia, em conformidade aos critérios previstos na Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013, tem direito a indenização do total dos ativos ainda não depreciados e ainda não foi divulgado pela Aneel o valor efetivo da indenização, a Companhia estimou os valores da indenização, utilizando como referência a Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, que definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, sendo que foram excluídos do Laudo de Avaliação os bens e instalações: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios.

A indenização total (ativos anteriores e posteriores a junho de 2000) estimada pela Companhia monta R\$819.026. A diferença entre os valores contábeis apurados pelo custo histórico e o valor estimado de indenização baseado no VNR foi registrada pela Companhia como um ganho no valor de R\$192.311 no resultado do exercício de 2012 e, em 2013, este valor foi reduzido em R\$20.673 em função de ajustes decorrentes do atendimento às determinações da ReN 589/13.

A indenização anunciada de R\$285.438 para os ativos de transmissão posteriores a junho de 2000 foi recebida em janeiro de 2013, sendo que a indenização da parcela restante, no montante estimado de R\$533.588, tem o seu recebimento previsto para

um período de 30 anos, conforme critérios a serem ainda definidos pelo Poder Concedente.

Os critérios para a revisão tarifária da transmissora estão dispostos através dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, que tem caráter normativo e consolida a regulamentação acerca dos processos tarifários. O submódulo 9.1 é específico para a Revisão Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes e foi aprovado pela Resolução Normativa nº 553, de 04 de junho de 2013.

Geração de Energia Elétrica

A Companhia optou por não aceitar os termos da MP 579 para renovação das concessões de geração de energia elétrica relacionadas a seguir, constantes do Contrato de Concessão nº 007/97- Cemig Geração:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no custo histórico em 31/12/13	Saldo líquido dos ativos com base no custo atribuído em 31/12/13
UHE Três Marias	jul/15	396	48.123	409.107
UHE Volta Grande	fev/17	380	25.716	65.584
UHE Salto Grande	jul/15	102	12.617	41.117
UHE Itutinga	jul/15	52	4.070	9.385
UHE Camargos	jul/15	46	5.912	20.980
PCH Piau	jul/15	18,01	1.600	10.008
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.788	14.711
PCH Peti	jul/15	9,4	1.673	8.867
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	2.137	13.356
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.589	9.185
PCH Martins	jul/15	7,7	429	3.132
PCH Cajuru	jul/15	7,2	4.042	1241
PCH Paciência	jul/15	4,08	990	5.032
PCH Marmelos	jul/15	4	868	5.447
PCH Dona Rita	jul/15	2,41	0	0
PCH Sumidouro	jul/15	2,12	1.938	1265
PCH Anil	jul/15	2,08	450	174
PCH Poquim	jul/15	1,41	2.357	4.376
		1.065,31	116.299	622.967

Nota: Os valores referentes ao custo atribuído foram registrados quando da adoção das novas normas de contabilidade em conformidade aos padrões internacionais, em 01 de janeiro de 2009, sendo que a diferença entre o montante do custo atribuído e o custo histórico está registrada diretamente em rubrica específica do Patrimônio Líquido da Companhia, sem efeito inicial do registro no resultado da Companhia.

Para as concessões das usinas de Jaguará, cuja concessão venceu em agosto de 2013, São Simão e Miranda, cujas concessões terão o seu prazo de vencimento em janeiro em 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a MP 579, conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no artigo 19 da Lei nº 9.074/1995. Os saldos históricos dos ativos das usinas mencionadas correspondem em 31 de dezembro de 2013 ao valor de R\$ 989.957 e com base no custo atribuído, utilizado na adoção dos novos padrões de contabilidade, correspondem ao valor de R\$1.196.045. Conforme consta dos contratos de concessão, a Cemig GT terá direito a indenização dos ativos não depreciados ao término das concessões o que, na interpretação da Companhia, ocorrerá após a prorrogação mencionada no parágrafo anterior.

Conforme previsto no contrato de concessão da usina de Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia, através de Despacho em 3 de maio de 2013, indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra ato do Ministério de Minas e Energia onde não foi analisado o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina de Jaguará até o julgamento final da ação.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar no novo Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça - STJ, contra decisão do Ministério de Minas e Energia que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão nº 007/97. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Hidrelétrica de Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Dessa forma, a Companhia vem registrando as receitas e custos e despesas operacionais da usina em conformidade às práticas contábeis vigentes, considerando que permanece no controle do Ativo.

A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2013	Valor Presente em 2013	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	396.363	141.601	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	32.853	12.069	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.480	3.374	01/2004 a 12/2032	IGPM
Diversas PCH's e UHE's (*)	3.973	3.821	06/2013 a 07/2015	IPCA
PCH Salto Morais	179	152	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	845	654	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (**)	4.426	3.357	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras.

(**) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2013, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Parcelas Pagas em 2013	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Porto Estrela (Consórcio)	14.850	14.751	15.619
Irapé	1.462	1.451	1.541
Queimado (Consórcio)	419	417	443
Diversas PCH's e UHE's (*)	1.650	2.448	2.509
PCH Salto Morais	18	26	22
PCH Rio de Pedras	51	76	65
Diversas PCH's (**)	249	369	316

(*) Anil, Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Poquim, Sumidouro, Tronqueiras.

(**) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela CEMIG dos seus passivos, de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's), representam as taxas médias de captação de recursos em condições usuais na data da transição para as IFRS e na outorga das novas concessões das PCH's e UHE's, respectivamente.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2013 e 2012 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2013		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	9.402.257	1.072.782	10.475.039
ADIÇÕES AO SEGMENTO	298.899	91.176	390.075
RECEITA LÍQUIDA	4.953.018	277.116	5.230.134
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.244.499)	-	(1.244.499)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(256.324)	(286)	(256.610)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(212.278)	(103.007)	(315.285)
Participação dos Empregados	(39.512)	(19.286)	(58.798)
Obrigação Pós Emprego	(26.751)	(13.058)	(39.809)
Material	(7.598)	(4.782)	(12.380)
Matéria – Prima e Insumos para Produção de Energia	(55.597)	-	(55.597)
Serviços de Terceiros	(126.427)	(40.470)	(166.897)
Depreciação e Amortização	(343.364)	-	(343.364)
Provisões	(36.869)	(17.995)	(54.864)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hidricos	(125.751)	-	(125.751)
Custo de Construção	-	(91.176)	(91.176)
Perda na Alienação da TBE	-	(94.080)	(94.080)
Outras	(74.017)	(31.051)	(105.068)
	(1.048.164)	(414.905)	(1.163.069)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(2.548.987)	(415.191)	(2.964.178)
Resultado de Equivalência Patrimonial	67.719	282.458	350.177
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	2.471.750	144.383	2.616.133
Receitas Financeiras	209.427	93.774	303.201
Despesas Financeiras	(279.809)	(226.244)	(506.053)
Resultado antes do IR e CSLL	2.401.368	11.913	2.413.281
Imposto de Renda e Contribuição Social	(680.838)	78.931	(602.543)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.720.530	90.844	1.811.374

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2012 - Reapresentado		
	Geração	Transmissão	Total
ATIVO	8.144.498	3.934.013	12.078.511
ADIÇÕES AO SEGMENTO	506.775	107.304	614.079
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.982.410	657.538	4.639.948
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(713.066)	-	(713.066)
Encargo de Uso do Sist. de Transmissão	(267.634)	(229)	(267.863)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(176.848)	(105.001)	(281.849)
Participação dos Empregados	(39.792)	(19.423)	(59.215)
Obrigação Pós Emprego	(20.155)	(9.837)	(29.992)
Material	(12.931)	(5.536)	(18.467)
Serviços de Terceiros	(120.967)	(41.511)	(162.478)
Depreciação e Amortização	(310.851)	-	(310.851)
Provisões	(2.052)	(950)	(3.002)
Compensação Financeira pela Util. Recursos Hídricos	(178.072)	-	(178.072)
Custo de Construção	-	(107.304)	(107.304)
Outras	(91.489)	(24.153)	(115.642)
	(953.157)	(313.715)	(1.266.872)
CUSTOS E DESPESAS TOTAIS	(1.933.857)	(313.944)	(2.247.801)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(11.564)	548.928	537.364
Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro	2.036.989	892.522	2.929.511
Receitas Financeiras	94.576	38.209	132.785
Despesas Financeiras	(321.500)	(253.286)	(574.786)
Resultado antes do IR e CSLL	1.810.065	677.445	2.487.510
Imposto de Renda e Contribuição Social	(530.591)	(37.434)	(568.025)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.279.474	640.011	1.919.485

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012 Reclassificado
Contas Bancárias	7.113	2.981	2.039
Aplicações Financeiras:			
Certificados de Depósitos Bancários	974.153	477.516	976.474
Overnight	125.908	-	-
Outros	-	28.655	171.796
	1.100.061	506.171	1.148.270
	1.107.174	509.152	1.150.309

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI, Certificado de Depósito Inter-bancário, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 80% a 110% conforme operação). As operações compromissadas afirmam, em suas respectivas notas de negociação, o compromisso de recompra do título pelo

Banco, a vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

Como forma de gestão eficiente do fluxo de caixa das empresas investidoras dos Fundos da Companhia é utilizada a prerrogativa de parte do patrimônio desses Fundos ficar alocada em operações de *overnight* que consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Contábeis.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado.

	2013	2012	01/01/2012
Certificados de depósitos bancários	124.488	324.147	170.239
Letras Financeiras – Bancos	327.995	129.230	-
Letras Financeiras do Tesouro	20.888	-	-
Debêntures	94.182	27.774	-
Outros	14.053	4.802	-
	581.606	485.953	170.239
Ativo Circulante	531.993	445.639	170.239
Ativo Não Circulante	49.613	40.314	-

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Contábeis.

7. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Industrial	206.997	27.677	8.612	243.286	261.323	247.682
Comércio, Serviços e Outras	4.744	-	21	4.765	4.443	2.331
Suprimento a Outras Concessionárias	175.700	43.541	4.055	223.296	215.817	185.787
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	188.783	8.380	9.821	206.984	20.777	23.779
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(4.498)	(4.498)	(6.633)	(4.629)
	576.224	79.598	18.012	673.833	495.727	454.950
Circulante				673.833	494.893	454.950
Não Circulante (*)				-	834	-

(*) – O saldo está classificado dentro de Outros Ativos Não Circulantes

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 27 das Demonstrações Contábeis.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	2013	2012
Saldo no início do exercício	6.633	4.629
Constituições (Reversões)	(253)	2.004
Baixas	(1.882)	-
Saldo no final do exercício	4.498	6.003

8. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante			
ICMS a Recuperar	24.425	21.520	18.093
PASEP	19.770	678	1.842
COFINS	137.392	3.141	8.563
Outros	1.962	1.369	1.136
	183.549	26.708	29.634
Não Circulante			
ICMS a Recuperar	29.380	25.815	24.716
PASEP	1.909	2.056	750
COFINS	8.863	9.521	3.455
	40.152	37.392	28.921
	223.701	64.100	58.555

Os créditos de ICMS a recuperar são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar no Ativo Não Circulante, decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, podem ser compensados em 48 meses, a partir da data de sua formação.

A Controladora discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da

Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para a Cemig GT de 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho de R\$150.507 foi registrado no resultado da Companhia no mês de dezembro de 2013.

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2013 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2014, registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	2013	2012	01/01/2012
Circulante			
Imposto de Renda	50.986	67.260	22.214
Contribuição Social	16.900	15.094	4.655
	67.886	82.354	26.869

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos:

A Companhia possui créditos tributários registrados de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
ATIVO			
Obrigações Pós-Emprego	126.762	140.358	90.751
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	1.529	2.255	1.574
Concessão onerosa	62.714	60.586	58.049
Tributos Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308
Provisões	19.252	4.747	4.878
Outros	10.785	7.276	5.879
	246.350	240.530	186.439
PASSIVO			
Custo Atribuído	(307.425)	(355.854)	(411.650)
Ajuste a Valor Presente de Concessão Onerosa	(80.817)	(80.272)	(77.074)
Ganho na Indenização sobre ativos de transmissão	(84.537)	(80.844)	-
Outros	(339)	(534)	(219)
	(473.118)	(517.504)	(488.943)
Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial	(226.768)	(276.974)	(302.504)

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	(309.260)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(19.413)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	51.699
Realizações efetuadas	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(276.974)
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	71.182
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	(20.969)
Realizações efetuadas	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(226.766)

As Obrigações Diferidas não circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social da referem-se, substancialmente, ao efeito de diferenças temporárias relacionadas ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo regime de caixa, ajuste a valor presente, custos de captação de empréstimos e custos atribuídos ao Ativo Imobilizado.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 13 de março de 2014, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2013, conforme abaixo:

	2013
2014	33.239
2015	48.484
2016	23.176
2017	23.176
2018 a 2019	42.196
2020 a 2021	38.040
2022 a 2023	38.040
	246.351

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	2013	2012 Reclassificado
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.413.281	2.487.510
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal Esperada	(820.515)	(845.753)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Juros sobre o Capital Próprio	76.684	74.747
Incentivos Fiscais	24.310	17.484
Resultado de Equivalência Patrimonial	119.060	182.704
Multas Indedutíveis	(2.997)	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(6.593)	(4.419)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	1.037	-
Outros	7.107	7.212
Imposto de Renda e Contribuição Social- Despesa Efetiva	(601.907)	(568.025)
Imposto Corrente	(673.089)	(548.612)
Imposto Diferido	71.182	(19.413)
	(601.907)	(568.025)
Alíquota Efetiva	24,94%	22,84%

Medida Provisória nº 627/13

Após a publicação da Lei nº 11.638/2007, que alterou a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), convergindo às normas contábeis brasileiras com as IFRS, foi editada a Lei 11.941/2009 que instituiu o Regime Tributário de Transição – RTT, de forma opcional para os anos-calendário de 2008 e 2009, e, obrigatória, a partir do ano-calendário de 2010.

O RTT foi instituído com a finalidade de promover a neutralidade tributária das alterações trazidas pela Lei nº 11.638/2007, as quais modificaram o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, definindo como base de cálculo do IRPJ, da CSLL, da Contribuição para o PIS/PASEP, e da COFINS, os métodos e critérios estabelecidos na Lei nº 6.404 de 1976, com vigência em dezembro de 2007, até que as autoridades fiscais brasileiras pudessem entender todas as mudanças contábeis ocorridas e seus respectivos impactos fiscais. Assim, passamos a ter uma contabilidade societária e outra contabilidade fiscal, resultando na apuração de dois lucros: um lucro societário e outro lucro fiscal.

Em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627, que tem por objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e às normas contábeis, de modo a extinguir o RTT no ano calendário 2015 e estabelecer uma nova forma de apuração do IRPJ e da CSLL, a partir de ajustes que devem ser realizados em livro fiscal. Ainda, dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, tributação do acréscimo patrimonial decorrente de lucros auferidos por intermédio de empresa controlada no exterior, dentre outras providências.

Nesse contexto, a Companhia considera como principais pontos de atenção da MP, no que se refere aos seus procedimentos:

- Retroatividade no cálculo dos impostos em função de eventual distribuição a maior de lucros apurados no período de 2008 a 2014 em conformidade ao IFRS na comparação com novos critérios fiscais, seja através de dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (ressalta-se que é garantida a irretroatividade em caso de adoção antecipada dos efeitos da MP em 2014);
- Ágio - nova forma de desdobramento do preço para as aquisições de participação societária, com registro de mais valia e ágio e novo tratamento de amortização e dedução fiscal;
- Conceito de Receita Bruta para PIS e COFINS – Alargamento do conceito, considerando além da receita de bens e serviços toda e qualquer receita decorrente da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica.

Cabe registrar que a MP foi objeto de 513 propostas de emenda, o que pode promover alterações profundas no texto original até a futura conversão em lei. Portanto, os pontos acima relacionados e as outras alterações na legislação tributária federal estão sendo objeto de estudo específico pela Companhia.

Adicionalmente a conclusão sobre a opção pela adoção antecipada das novas regras em 2014, também dependerá de análise última sobre o texto definitivo da nova Lei e do aguardo da regulamentação pela Receita Federal do Brasil quanto à sua formalização. Não obstante, a Administração, está monitorando o tem, e com base na opção de irretroatividade por conta da adoção antecipada, não prevê efeitos a serem reconhecidos em 2013.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	2013	2012 Reclassificado	01/01/2012
Trabalhista	43.943	44.061	35.615
Obrigações Fiscais			
Imposto de Renda sob JCP	8.014	8.014	8.014
PASEP/COFINS	101.233	101.233	101.233
Outros	4.625	2.917	2.861
	113.872	112.164	112.108
Outros			
Bloqueio Judicial	191	2.560	2.252
Regulatórios	1.271	-	-
Recon	110	533	
Outros	286	40	535
	1.858	3.133	2.787
	159.673	159.358	150.510

Os saldos de depósitos judiciais relativos à PASEP/COFINS possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 17.

12. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de distribuição e transmissão da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e suas controladas e a ANEEL.

Dos valores registrados nessa rubrica, R\$533.588 referem-se à indenização prevista para os ativos de transmissão relativos ao contrato de concessão 006/97, formados até maio de 2000, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em cumprimento à Portaria 267 de 13 de agosto de 2013, realizará estudos para a definição do Valor Novo de Reposição - VNR relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, das concessões de transmissão de

energia elétrica alcançadas pelo art. 17, § 5º, da Lei no 9.074/95 e definirá, até 31 de dezembro de 2013, a regra e os prazos para o envio, pelas concessionárias de transmissão, das informações necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000, não depreciados até 31 de dezembro de 2012.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização. A Companhia informou à ANEEL o seu cronograma para entrega do Laudo de Avaliação, com data prevista para 31 de julho de 2014, a Agência terá 30 (trinta) dias, contados a partir da data de protocolo, para manifestar o aceite do Laudo de Avaliação e mais 120 (cento e vinte) dias, a partir do aceite, para validação das informações com consequente aferição do valor indenizável.

Salienta-se que a ReN nº 589/13 estabeleceu que deverão ser excluídos do Laudo de Avaliação os bens e instalações: software; hardware; terrenos administrativos; edificações, obras civis e benfeitorias administrativas; máquinas e equipamentos administrativos; veículos; móveis e utensílios; em função desta determinação o valor a receber foi ajustado e os bens transferidos para o Ativo Imobilizado e Intangível, no montante de R\$28.009.

Caberá ao Ministério de Minas e Energia definir as diretrizes complementares com relação à forma e prazo de pagamento dos valores de que trata a referida Portaria.

O saldo restante relativo às concessões de transmissões refere-se a investimentos que serão remunerados através de receita permitida, conforme estabelecido pela Aneel através de autorizações específicas.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Contrato 006/97 - Indenização a Receber	533.588	827.519	-
Contrato 006/97 - Ativos Remunerados por Tarifa	200.586	130.643	708.429
Contrato 079/00 - Ativos Remunerados por Tarifa	44.961	47.258	49.909
	779.135	1.005.420	758.338
Circulante	2.254	287.692	42.106
Não Circulante	776.881	717.728	716.232

A movimentação dos ativos financeiros, em 2013 e 2012, é como segue:

	2013
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.005.420
Adição	91.176
Recebimentos	(288.874)
Resolução Normativa nº 589/13 - Estorno da Provisão para Ajuste	23.543
Resolução Normativa nº 589/13 - Transferências Financeiro X Imobilizado – Intangível	(51.552)
Baixas	(578)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	779.135

	2012
Saldo em 1º de janeiro de 2012	758.338
Adição	107.304
Recebimentos	(52.533)
Ganho Líquido na indenização dos Ativos – MP 579	192.311
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.005.420

13. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas em conjunto.

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Hidrelétrica Cachoeirão	33.922	32.435	26.702
Guanhães Energia	67.428	20.001	10.443
Hidrelétrica Pipoca	25.069	20.419	19.511
Madeira Energia	642.585	427.944	165.558
Lightger	40.076	40.265	39.084
Baguari Energia	199.411	193.845	198.063
EBTE	-	153.618	143.770
Central Eólica Praias de Parajuru	61.201	59.991	61.547
Central Eólica Volta do Rio	77.884	74.136	82.392
Central Eólica Praias de Morgado	60.948	62.352	63.629
TAESA	-	2.251.094	2.060.362
Amazônia Energia	310.797	203.272	109.518
	1.519.321	3.539.372	2.980.579

a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

b) A movimentação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto é a seguinte:

Sociedades	Saldo em 01/01/ 2012	Equivalência Patrimonial	Aportes/ Aquisições	Dividendos Propostos	Outros	Alienação EBTE (*) TAESA	31/12/2013
Hidrelétrica Cachoeirão	32.435	8.481	-	(6.994)	-	-	33.922
Guanhães Energia	20.001	(891)	48.318	-	-	-	67.428
Hidrelétrica Pipoca	20.419	4.419	-	231	-	-	25.069
Madeira Energia	427.944	46.931	167.710	-	-	-	642.585
Baguari Energia	193.845	7.369	-	(1.841)	38	-	199.411
EBTE	153.618	11.890	-	-	-	(165.508)	-
Central Eólica Praias de Parajuru	59.991	1.211	-	-	(1)	-	61.201
Central Eólica Volta do Rio	74.136	3.749	-	-	(1)	-	77.884
Central Eólica Praias de Morgado	62.352	(1.403)	-	-	(1)	-	60.948
TAESA	2.251.094	270.568	-	(118.070)	-	(2.403.592)	-
Lightger	40.265	1.336	-	(1.525)	-	-	40.076
Amazônia Energia	203.272	(3.483)	111.008	-	-	-	310.797
	3.539.372	350.177	327.036	(128.199)	35	(2.569.100)	1.519.321

(*) Vide Operação de reestruturação societária com a Taesa a seguir para maiores detalhes.

c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro 2013			Em 31 de dezembro de 2012		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	69.228	49,00	35.000	66.193
Guanhães Energia	52.000.000	49,00	52.000	137.608	49,00	20.308	40.819
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	51.162	49,00	41.360	41.671
Madeira Energia	6.346.671.724	10,00	6.746.672	6.425.851	10,00	5.069.572	4.279.438
Baguari Energia	1.000.000	69,39	10	287.380	69,39	10	279.340
EBTE	-	-	-	-	49,00	263.058	313.507
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	49,00	70.560	124.900	49,00	70.056	122.430
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	49,00	117.230	158.947	49,00	117.230	151.298
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	49,00	52.960	124.384	49,00	52.960	127.249
Lightger	79.232.000	49,00	79.232	81.787	49,00	79.232	82.174
TAESA	-	-	-	-	43,36	3.042.035	5.191.638
Amazônia Energia	142.643.000	74,50	427.669	417.177	74,50	278.665	272.848

Sociedades	Quantidade de Ações	Janeiro a dezembro de 2013		Janeiro a dezembro de 2012	
		Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	14.273	17.309	3.429	15.129
Guanhães Energia	52.000.000	-	-	-	115
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	-	9.516	5.914	8.091
Madeira Energia	6.346.671.724	-	(47.738)	-	(257.586)
Baguari Energia	1.000.000	4.086	12.065	20.705	24.009
EBTE	263.058.339	-	-	-	17.916
Central Eólica Praias de Parajuru	70.560.000	-	7.086	-	(3.236)
Central Eólica Volta do Rio	117.230.000	-	(1.474)	-	(16.849)
Central Eólica Praias de Morgado	52.960.000	-	2.836	-	(2.606)
Lightger	79.232.000	3.112	1.869	-	2.470
TAESA	1.033.496.721	-	-	807.237	1.247.117
Amazônia Energia	142.643.000	-	(4.676)	-	(2.300)

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2013 e 2012, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2013	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	27.067	69.680	24.300	700.921	18.394
Não circulante	93.282	239.014	242.643	19.318.985	107.163
Total do ativo	120.349	308.694	266.943	20.019.906	125.557
Passivo					
Circulante	9.765	17.749	124.025	1.028.707	11.541
Não circulante	41.357	3.565	5.310	12.565.348	62.854
Patrimônio Líquido	69.227	287.380	137.608	6.425.851	51.162
Total do passivo	120.349	308.694	266.943	20.019.906	125.557
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	28.612	48.692	-	1.300.586	22.844
Custo das vendas	(7.348)	(36.407)	-	(929.565)	(7.162)
Lucro bruto	21.264	12.285	-	371.021	15.682
Despesas gerais e administrativas	(486)	-	-	(100.430)	(1.003)
Resultado financeiro líquido	(1.873)	4.166	-	(305.781)	(4.054)
Resultado operacional	18.905	16.451	-	(35.190)	10.625
Imposto de renda e contribuição social	(1.596)	(5.812)	-	(12.548)	(1.109)
Resultado Líquido do Exercício	17.309	10.639	-	(47.738)	9.516

Em 31 de dezembro de 2013	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Taesa	Lightger	Amazônia Energia
Ativo							
Circulante	-	10.403	7.882	30.194	-	21.381	287
Não circulante	-	164.901	177.567	291.351	-	181.651	416.890
Total do ativo	-	175.304	185.449	321.545	-	203.032	417.177
Passivo							
Circulante	-	15.959	18.334	34.714	-	11.351	-
Não circulante	-	83.264	111.246	162.247	-	109.894	-
Patrimônio Líquido	-	76.081	55.869	124.584	-	81.787	417.177
Total do passivo	-	175.304	185.449	321.545	-	203.032	417.177
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	-	29.708	28.028	51.783	-	29.149	-
Custo de produção	-	(13.706)	(14.441)	(23.486)	-	(19.458)	-
Lucro bruto	-	16.002	13.587	28.297	-	9.691	-
Despesas gerais e administrativas	-	(1.347)	(1.435)	(2.922)	-	(417)	(601)
Resultado financeiro líquido	-	(6.679)	(8.804)	(12.487)	-	(6.371)	(4.075)
Resultado operacional	-	7.976	3.348	12.888	-	2.903	-
Imposto de renda e contribuição social	-	(890)	(512)	(1.702)	-	(1.034)	-
Resultado Líquido do Exercício	-	7.086	2.836	11.186	-	1.869	(4.676)

Em 31 de dezembro de 2012	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
Ativo					
Circulante	23.926	82.096	4.846	595.396	14.117
Não circulante	95.989	250.101	126.460	14.944.986	109.821
Total do ativo	119.915	332.197	131.306	15.540.382	123.938
Passivo					
Circulante	9.495	49.431	81.034	1.527.748	13.180
Não circulante	44.227	3.426	9.453	9.733.196	69.087
Patrimônio Líquido	66.193	279.340	40.819	4.279.438	41.671
Total do passivo	119.915	332.197	131.306	15.540.382	123.938
Demonstração do Resultado					
Receita líquida de vendas	28.696	47.502	-	342.261	20.779
Custo das vendas	(8.613)	(15.658)	-	(243.728)	(6.346)
Lucro bruto	20.083	31.844	-	98.533	14.433
Despesas gerais e administrativas	(192)	(55)	-	(65.401)	-
Resultado financeiro líquido	(3.312)	3.989	115	(292.692)	(5.427)
Resultado operacional	16.579	35.778	115	(259.560)	9.006
Imposto de renda e contribuição social	(1.450)	(11.769)	-	1.974	(915)
Resultado Líquido do Exercício	15.129	24.009	115	(257.586)	8.091

Em 31 de dezembro de 2012	EBTE	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Taesá	Lightger	Amazônia Energia
Ativo							
Circulante	65.996	5.408	14.473	14.873	3.860.810	32.910	722
Não circulante	463.126	221.155	253.099	345.086	6.701.973	188.300	272.454
Total do ativo	529.122	226.563	267.572	359.959	10.562.783	221.210	273.176
Passivo							
Circulante	46.143	13.476	24.356	43.321	653.274	21.507	327
Não circulante	169.472	90.747	115.967	165.340	4.717.871	117.472	-
Patrimônio Líquido	313.507	122.340	127.249	151.298	5.191.638	82.231	272.849
Total do passivo	529.122	226.563	267.572	359.959	10.562.783	221.210	273.176
Demonstração do Resultado							
Receita líquida de vendas	50.152	22.477	28.572	26.567	1.268.843	21.237	-
Custo das vendas	(10.539)	(17.312)	(20.582)	(29.130)	(108.823)	(14.735)	-
Lucro bruto	39.613	5.165	7.990	(2.563)	1.160.020	6.502	-
Despesas gerais e administrativas	(565)	-	-	-	(78.405)	-	(2.318)
Resultado financeiro líquido	(11.700)	(7.581)	(9.717)	(12.861)	385.237	549	18
Resultado operacional	27.348	(2.416)	(1.727)	(15.424)	1.466.852	7.051	(2.300)
Imposto de renda e contribuição social	(9.432)	(820)	(879)	(1.470)	(219.735)	(4.581)	-
Resultado Líquido do Exercício	17.916	(3.236)	(2.606)	(16.894)	1.247.117	2.470	(2.300)

Alienação de participação societária

Conclusão da Operação de Alienação da Participação da Cemig GT na TBE para Taesa

Em 31 de maio de 2013, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a controlada em conjunto indireta Taesa, celebrado em 17 de maio de 2012, foram concluídas as transferências, através da alienação dos ativos, para a TAESA, (i) das participações societárias diretas das concessionárias de transmissão Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE, Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE, Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. – ETEP, Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, e (ii) das participações societárias indiretas das concessionárias de transmissão de energia elétrica Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – STC, Lumitrans – Companhia Transmissora de Energia, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. – ESDE e Empresa de Transmissão Serrana – ETSE (em conjunto chamadas “Grupo TBE”).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e a TAESA desembolsou, pela transferência dos ativos adquiridos, o valor total de R\$ 1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não, sendo o montante de R\$71.429 recebidos diretamente pela Companhia, em função da sua participação direta nos ativos da EBTE.

Por conta desta transação, a Cemig GT registrou uma perda no resultado, no montante de R\$62.092, líquida dos efeitos de impostos, referente a alienação dos ativos da EBTE,

considerando que os demais ativos eram registrados na Cemig, controladora, como demonstrado abaixo:

	Efeitos apurados
Valor recebido pelos ativos	71.429
Valor contábil dos ativos	(165.509)
Subtotal	(94.080)
Efeitos fiscais – IR e CS	31.988
Efeito líquido no resultado do período	(62.092)

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A

Em 24 de outubro de 2013, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A aprovaram a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA para a Cemig, conforme também deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Investimento na Madeira Energia S.A. - MESA

A Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2013, R\$18.624.982 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações da entidade. Em 31 de dezembro de 2013, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada indireta é de R\$1.862.498. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e, em 31 de dezembro de 2013, o seu passivo circulante excedeu o seu ativo circulante em R\$199.510. O efeito proporcional na Companhia é de R\$19.951. A Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo.

Neste sentido, a Companhia e sua controlada Santo Antônio Energia S.A contam com os aportes de recursos a serem efetuados pelos seus acionistas, bem como com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante total de R\$1.990 milhões, dos quais R\$800 milhões já foram liberados em 2013. Nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando.

Investimento na Amazônia Energia S.A. - NESÁ

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESÁ”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESÁ é de 9,8% do capital. Em 26

de agosto de 2010, a NESAs assinou Contrato de Concessão No 001/2010 com a União através do MME – Ministério de Minas e Energia, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do referido contrato. Ainda de acordo com o referido contrato, 70% da energia assegurada da usina será destinada ao mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

A NESAs ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobrás”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação da Cemig GT, da Renova e da Renovapar, com participações de 40%, 59% e 1%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da BRA Brasil SIL PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943.

Celebração de Acordo de Investimento

A Cemig GT aprovou, em 2013, a celebração de Acordo de Investimento juntamente com Renova Energia S.A. (“RENOVA”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“CHIPLEY”). O Acordo de Investimento tem como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da RENOVA através da subscrição e integralização pela Cemig GT de novas ações a serem emitidas pela RENOVA, bem como a estruturação da CHIPLEY como veículo de crescimento, com participação da Cemig GT e da RENOVA, para o qual será cedido o Contrato de Compra e Venda de ações da Brasil PCH S.A. (CCVA Brasil PCH), celebrado entre Cemig GT e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em 14 de junho 2013.

O preço de emissão das ações da RENOVA será de R\$16,2266 por ação ordinária, sendo que a parcela do aumento do capital social da RENOVA a ser subscrita e integralizada pela Cemig GT será de R\$1.414.733. Os valores acima serão atualizados

pela variação do CDI desde 31 de dezembro 2012. Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nestas demonstrações financeiras.

Parceria para Consolidação de Participações em Investimentos de Geração de Energia Elétrica

Em 19 de dezembro de 2013, a Cemig GT celebrou documentos comerciais e societários com a Vale S/A. (“Vale” e, em conjunto com Cemig GT, as “Partes”), que formalizaram a associação para a criação da empresa Aliança Geração de Energia S/A, que será uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica (“Associação”).

A Aliança Geração de Energia S/A será constituída pelas partes mediante o aporte de suas participações dos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga e possuirá capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT deterão, respectivamente, 55% e 45% do capital total desta nova empresa. A participação da Cemig GT mencionada acima para a Associação foi avaliada em R\$2.029.900.

A Cemig GT também adquirirá, pelo valor aproximado de R\$206.000, 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S/A, que deterá a participação dos 9% da Norte Energia S/A. (“Norte Energia”) pertencentes à Vale (“Aquisição”). O preço de aquisição, correspondente ao valor dos aportes de capital realizados pela Vale até 31 de dezembro de 2013, será pago à vista na data do fechamento, corrigido pelo IPCA. Com a aquisição, a Cemig GT passa a deter indiretamente mais 4,41% da Norte Energia, o que representa uma capacidade instalada de 495,39 MW (201 MW médios).

As partes elaboraram os contratos da Associação e de Aquisição estabelecendo o controle compartilhado entre as partes e alinhamento integral na tomada de todas as decisões na operação das companhias.

A eficácia das transações está sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes e formalidades legais, como aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da Norte Energia e anuência das suas instituições financeiras credoras, bem como aprovação das autoridades governamentais competentes, como a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, na forma de legislação aplicável.

14. IMOBILIZADO

	2013			2012			01/01/2012
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço	16.471.433	(11.541.901)	4.929.532	16.400.614	(11.198.031)	5.202.583	5.513.675
Terrenos	375.841	(4.405)	371.436	374.817	-	374.817	380.056
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.166.760	(4.988.691)	2.178.069	7.156.602	(4.830.719)	2.325.883	2.513.072
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2.068.976	(1.495.119)	573.857	2.075.811	(1.465.920)	609.891	549.482
Máquinas e Equipamentos	6.818.298	(5.025.349)	1.792.949	6.768.681	(4.883.319)	1.885.362	2.062.825
Veículos	29.423	(17.477)	11.946	15.092	(8.989)	6.103	7.597
Móveis e Utensílios	12.135	(10.860)	1.275	9.611	(9.084)	527	643
Em Curso	208.160	-	208.160	211.690	-	211.690	164.078
Imobilizado Líquido	16.679.593	(11.541.901)	5.137.692	16.612.304	(11.198.031)	5.414.273	5.677.753

A taxa de depreciação média anual é de 2,89%. As taxas médias anuais de depreciação por atividade, considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, são as seguintes:

Atividade	Taxa de Depreciação
Geração	
Hidrelétricas	2,83%
Termelétricas	3,22%
Administração	9,22%

A movimentação do imobilizado, em 2013 e 2012, é como segue:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 2012	Adição	Transferências/ Capitalização	Baixa	Depreciação	Saldo em 2013
Em Serviço	5.513.675	5.202.583	-	69.253	(5.498)	(336.806)	4.929.532
Terrenos	380.056	374.817	-	3.322	(1)	(6.702)	371.436
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.513.072	2.325.883	-	8.130	(41)	(155.903)	2.178.069
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	549.482	609.891	-	(333)	(3.150)	(32.551)	573.857
Máquinas e Equipamentos	2.062.825	1.885.362	-	49.505	(2.306)	(139.612)	1.792.949
Veículos	7.597	6.103	-	7.766	-	(1.923)	11.946
Móveis e Utensílios	643	527	-	863	-	(115)	1.275
Em Curso	164.078	211.690	30.600	(34.130)	-	-	208.160
Imobilizado Líquido	5.677.753	5.414.273	30.600	35.123	(5.498)	(336.806)	5.137.692

	Saldo em 01/01/2011	Saldo em 01/01/2012	Adição /Capitalização	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 2012
Em Serviço	5.818.948	5.513.675	30.686	-	(32.511)	(309.267)	5.202.583
Terrenos	380.027	380.056	-	(5.239)	-	-	374.817
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.642.339	2.513.072	346	(59.137)	(464)	(127.934)	2.325.883
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	587.758	549.482	6.642	76.618	(28)	(22.823)	609.891
Máquinas e Equipamentos	2.198.373	2.062.825	23.657	(12.282)	(32.019)	(156.819)	1.885.362
Veículos	9.703	7.597	38	52	-	(1.584)	6.103
Móveis e Utensílios	748	643	3	(12)	-	(107)	527
Em Curso	128.591	164.078	47.612	-	-	-	211.690
Imobilizado Líquido	5.947.539	5.677.753	78.298	-	(32.511)	(309.267)	5.414.273

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, como geração térmica, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. No caso das usinas hidrelétricas em regime de Produção Independente, a Companhia entende que em função de nova interpretação relacionada à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis ao término da concessão, conforme estabelece o Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996, decidiu ajustar as suas taxas de depreciação/amortização a partir de 1º de janeiro de 2013, tal ajuste ocasionou um acréscimo na despesa de depreciação/amortização no montante de R\$48.602, no ano de 2013.

Rescisão do Contrato de Concessão da UHE Itaocara

Em 8 de agosto de 2013, o Conselho de Administração da Cemig aprovou o requerimento de rescisão do Contrato de Concessão nº 12/2001 (“Contrato de Concessão”) perante à Aneel, na forma do art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013.

O projeto inicial da UHE Itaocara (“Empreendimento”) enfrentou diversas restrições ambientais, tendo sido, inclusive, determinado o arquivamento de seu processo de licenciamento, uma vez que o IBAMA concluiu por sua inviabilidade. Entretanto, o Consórcio, ao longo dos últimos anos, buscou alternativas que viabilizassem ambientalmente o Empreendimento e revertissem os impedimentos então existentes, o que culminou na alteração do projeto, conforme Despacho ANEEL nº 3.634 de 06/09/2011, que definiu uma capacidade instalada de 145 MW. Desta forma, somente em dezembro de 2011 foi obtida a Licença Ambiental Prévia nº 428/2011 (“Licença Prévia”), dando início à etapa seguinte de busca da Licença Ambiental de Instalação, obtida finalmente em 29 de julho de 2013.

Diante do exposto, a decisão pelo requerimento de rescisão do Contrato de Concessão foi baseada na impossibilidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato de Concessão, em virtude do indeferimento, pelo Ministério de Minas e Energia, do requerimento para alteração do prazo de vigência deste último - de forma que a contagem do prazo de 35 anos da concessão tivesse início a partir da data da obtenção da Licença Prévia - configurando assim a perda de 12 anos no prazo da concessão e comprometendo o tempo de receita necessário para o retorno do investimento.

Cumprе ressaltar que a Cemig tem a intenção de permanecer com o Contrato de Concessão em caso de superveniência de qualquer decisão do Poder Concedente ou da legislação que possibilite a viabilização financeira da exploração do Empreendimento. Não obstante, a Cemig poderá participar de futuro leilão que licitar novamente o Empreendimento, se julgar conveniente.

Por fim, a Companhia informa que a referida rescisão do Contrato de Concessão não ensejará ônus à Cemig GT, uma vez que lhe serão assegurados os direitos conferidos pelo art. 4º - A da Lei nº 9.074/2005, introduzido pela Lei nº 12.839/2013, quanto (i) à liberação das garantias de cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão; (ii) ao não pagamento pelo Uso de Bem Público; e (iii) ao ressarcimento dos custos incorridos na elaboração de estudos ou projetos cujo montante contabilizado é de R\$17.615 em 31 de dezembro de 2013.

CONSÓRCIOS

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008. A parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos consórcios é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo imobilizado apresentadas acima. Os investimentos acumulados, por empreendimento são como segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2013	2012	01/01/2012
Em serviço					
Usina de Porto Estrela	33,33%	4,97	38.826	38.715	38.715
Usina Igarapava	14,50%	2,48	58.295	57.579	57.017
Usina de Funil	49,00%	3,53	183.229	183.124	183.124
Usina de Queimado	82,50%	3,98	212.531	212.554	208.618
Usina de Aimorés	49,00%	3,74	552.204	551.310	551.310
Depreciação acumulada			(256.009)	(217.605)	(191.210)
Total em operação			789.076	825.677	847.574
Em curso					
Usina de Queimado	82,50%		1626	277	3.388
Usina de Funil	49,00%		205	186	-
Usina de Aimorés	49,00%		147	1.188	700
Usina Igarapava	14,50%		358	1.016	461
Usina Porto Estrela	33,33%		89	184	119
Total em construção			2.425	2.851	4.668

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL que representam a vida útil dos ativos e ajustadas a partir de 1º de janeiro de 2013, conforme o Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, exceto o Consórcio de Igarapava por se tratar de concessão na modalidade Serviço Público.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Epícares Empreendimentos e Participações LTDA	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil bruto de R\$4.591.932 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

15. INTANGÍVEIS

	2013			2012 Reapresentado			01/01/2012 Reapresentado
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Em Serviço	97.280	(51.871)	45.409	71.788	(41.981)	29.807	31.992
Servidão	13.405	(1.318)	12.087	12.877	(1.766)	11.111	11.292
Concessão Onerosa	34.649	(11.264)	23.385	25.428	(8.662)	16.766	18.818
Outros	49.226	(39.289)	9.937	33.483	(31.553)	1.930	1.882
Em Curso	7.867	-	7.867	34.108	-	34.108	1.530
Intangível Líquido	105.147	51.871	53.276	105.896	(41.981)	63.915	33.522

A taxa de amortização média anual é de 12,0%. As taxas médias anuais de amortização por atividade considerando a Resolução ANEEL nº 474, de 7 de fevereiro de 2012 e as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996, são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	7,27%
Termelétricas	20,00%
Administração	19,84%

A movimentação do Ativo Intangível, em 2013 e 2012, é como segue:

	01/01/2012	2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	2013
Em Serviço	31.992	29.807	9.221	-	(6.558)	12.939	45.409
Servidão	11.292	11.111	-	-	(586)	1.562	12.087
Concessão Onerosa	18.818	16.766	9.221	-	(2.602)	-	23.385
Outros	1.882	1.930	-	-	(3.370)	11.377	9.937
Em Curso	1.530	34.108	3.469	(33.201)	-	3.490	7.867
Ativos em formação	1.530	34.108	3.469	(33.201)	-	3.490	7.867
Total	33.522	63.915	12.690	(33.201)	(6.558)	16.429	53.276

	01/01/2011	01/01/2012	Adição	Baixa	Amortização	Transferências	31/12/2012
Em Serviço	33.460	31.992	-	(1.220)	(1.804)	839	29.807
Servidão	11.408	11.292	-	-	(181)	-	11.111
Concessão Onerosa	19.681	18.818	-	(1.220)	(832)	-	16.766
Outros	2.371	1.882	-	-	(791)	839	1.930
Em Curso	711	1.530	33.417	-	-	(839)	34.108
Ativos em formação	711	1.530	33.417	-	-	(839)	34.108
Total	34.171	33.522	33.417	(1.220)	(1.804)	-	63.915

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

16. FORNECEDORES

	2013	2012 Reclassificado	01/01/2012
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	161.708	148.146	65.603
Materiais e Serviços	52.845	58.657	51.110
	214.553	206.803	116.713
Circulante	214.240	206.569	116.509
Não Circulante (*)	313	234	204

(*) Apresentado no Balanço Patrimonial dentro de outros passivos não circulantes

17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulantes de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	2013	2012 Reclassificado	01/01/2012
Circulante			
ICMS	38.441	38.020	34.462
COFINS	29.613	25.111	23.038
PASEP	6.427	5.452	5.002
INSS	4.365	4.260	4.488
ISSQN	1.015	547	-
Outros	4.691	3.225	3.458
	84.552	76.615	70.448
Não Circulante			
COFINS	83.175	83.175	87.656
PASEP	18.058	18.058	19.030
	101.233	101.233	106.686
	185.785	177.848	177.134

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 09 destas Demonstrações Contábeis.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	2013						2012	01/01/2012
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	-	-	-	-	1.387
Dívida referente à Moeda Estrangeira				-	-	-	-	1.387
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	22.848	46.215
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	-	-	-	31.629	32.517
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	435.693	480.000	915.693	911.432	918.661
Banco Itaú – BBAS.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	43.068	87.064
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	793	1.605
BNDES	2026	TJLP + 2,34	R\$	7.914	88.389	96.303	103.955	111.678
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	500	-	500	34.677	1.550
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	1.003	69.925
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	-	-	-	12.998	25.603
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	7.593	15.339
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	-	-	-	46.006	92.972
FINEP	2018	TJLP + 5,00 ETJLP + 8	R\$	4.177	9.094	13.271	18.686	19.917
Banco do Brasil S.A.	2017	108,0 do CDI	R\$	6.775	442.349	449.124	447.250	492.838
Consórcio Pipoca (3)	2014	IPCA	R\$	185	-	185	186	185
Dívida em Moeda Nacional				455.244	1.019.832	1.475.076	1.682.124	1.916.069
Total de Empréstimos e Financiamentos				455.244	1.019.832	1.475.076	1.682.124	1.917.456
Debêntures – Governo do Estado de M. G. (1) (2)								
Debêntures (1)	2015	IPCA + 7,68	R\$	540.289	484.397	1.024.686	1.444.590	1.367.936
Debêntures (1)	2012	CDI + 0,90	R\$	-	-	-	-	1.754.714
Debêntures (1)	2017	CDI + 0,90	R\$	38.422	479.896	518.318	517.396	-
Debêntures (1)	2019	IPCA + 6,00	R\$	11.654	221.473	233.127	220.211	-
Debêntures (1)	2022	IPCA + 6,20	R\$	40.355	741.892	782.247	738.884	-
Total de Debêntures				630.720	1.987.010	2.617.730	2.973.839	3.169.546
Total Geral Consolidado				1.085.964	3.006.842	4.092.806	4.655.963	5.087.002

- (1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
 (2) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07.
 (3) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Indexadores									
IGP-M (1)	-	-	-	-	-	-	-	59.352	59.352
IPCA (2)	592.483	484.299			110.670	110.730	244.870	497.191	2.040.243
CDI (3)	481.390	267.401	507.401	627.443	-	-	-	-	1.883.635
TJLP	12.091	10.274	9.977	9.977	9.390	7.631	7.631	42.605	109.576
Total	1.085.964	761.974	517.378	637.420	120.060	118.361	252.501	599.148	4.092.806

- (1) Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M
 (2) Índice Preço ao Consumidor Amplo-IPCA
 (3) Certificado Depósito Interbancário – CDI

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	2013 (%)	2012 (%)	2011 (%)	Indexador	2013 (%)	2012 (%)	2011 (%)
Euro	19,70	10,73	9,25	IPCA	5,91	5,84	6,50
				FINEL	1,08	1,52	1,00
				CDI	8,05	8,37	11,64
				IGP-M	5,51	7,82	5,10

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.087.002
Financiamentos Obtidos	2.366.118
Custos de Captação	(675)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	2.365.443
Variação Monetária e Cambial	121.589
Encargos Financeiros Provisonados	363.246
Encargos Financeiros Pagos	(495.774)
Amortização de Financiamentos	(2.785.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.655.963
Variação Monetária e Cambial	117.772
Encargos Financeiros Provisonados	312.147
Encargos Financeiros Pagos	(329.503)
Amortização de Financiamentos	(663.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.092.806

A Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30/01/2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	2013
Nota Promissória e Aval	2.995.497
Recebíveis	13.271
Sem Garantia	1.084.038
TOTAL	4.092.806

Debêntures

As Debêntures de emissão da Cemig Geração e Transmissão e suas controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2013, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos	Covenants Financeiro	Saldo em 2013	Saldo em 2012	Saldo em 01/01/2012
DEBÊNTURES - 1ª EMISSÃO - CEMIG	Simple não Conversíveis	2012	Quirografia	CDI+0,90	Não há	-	-	1.754.714
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)	Simple não Conversíveis	2014	Não há	IGP-M	Não há	59.352	52.758	46.896
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)(2)	Simple não Conversíveis	2015	Não há	IPCA + 7,68	Não há	1.024.686	1.444.590	1.367.936
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)(2)	Simple não Conversíveis	2017	Quirografia	CDI - 0,90%	Não há	518.318	517.395	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)(2)	Simple não Conversíveis	2019	Quirografia	IPCA - 6,2%	Não há	782.247	738.885	-
CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (1)(2)	Simple não Conversíveis	2022	Quirografia	IPCA - 6,0%	Não há	233.127	220.211	-
TOTAL						2.617.730	2.973.839	3.169.546

(1) Sem cláusula de repactuação, e não há debêntures em tesouraria.

(2) Vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (*cross-default*);

a) Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contrato de Financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusula Restritiva (“Covenants”) atrelada a índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual, coincidente com o fim do exercício social, conforme segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Patrimônio/Ativo Total da Garantidora (Cia Energética de Minas Gerais)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%

Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

Em 31 de dezembro de 2013 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

19. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2013	2012	01/01/2012
Reserva Global de Reversão - RGR	24.650	23.656	16.379
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	-	5.029	9.333
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.014	7.337	6.505
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.473	1.634	1.598
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	5.109	4.466	3.838
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	3.673	2.774	2.548
Pesquisa e Desenvolvimento	63.600	71.845	86.596
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.920	1.482	1.368
	102.439	118.223	128.165
Passivo Circulante	25.177	75.288	58.003
Passivo Não Circulante	77.262	42.935	70.162

20. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Geração e Transmissão mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2013.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$182.791 em 31 de dezembro de 2013 (R\$184.406 em 31 de dezembro de 2012). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que o laudo atuarial apresenta um ativo líquido com fundo de pensão. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	1.647.773	225.949	6.425	140.078	2.020.225
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.732.098)	-	-	-	(1.732.098)
Passivo Líquido (Ativo Líquido)	(84.325)	225.949	6.425	140.078	288.127
Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	84.325	-	-	-	84.325
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	182.791	-	-	-	182.791
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre o ativo líquido com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o Passivo Líquido apurado no laudo atuarial será integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorreu um aumento acumulado no Patrimônio Líquido em dezembro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$ 40.706, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2012	2.099.413	182.826	4.874	169.706	2.456.819
Custo do Serviço Corrente	2.803	3.584	99	2.048	8.534
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	184.249	16.096	428	15.686	216.459
Contribuição dos empregados	12	-	-	-	12
Perdas (Ganhos) Atuariais	(501.916)	38.321	1.458	(44.552)	(506.689)
Benefícios pagos	(136.788)	(14.878)	(434)	(2.810)	(154.910)
Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2013	1.647.773	225.949	6.425	140.078	2.020.225

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro 2012	1.859.973
Retorno real dos investimentos	(13.934)
Contribuições do Empregador	22.835
Contribuições dos Empregados	12
Benefícios pagos	(136.788)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	1.732.098

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2013 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	2.803	3.584	99	2.048	8.354
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	184.249	16.096	428	15.686	216.459
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(163.965)	-	-	-	(163.965)
Despesa em 2013 conforme laudo atuarial	23.087	19.680	527	17.734	61.028

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011 Reapresentado	211.652	124.240	6.729	115.701	458.322
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	21.153	16.004	311	13.677	51.145
Contribuições Pagas	(28.529)	(13.519)	(195)	(2.565)	(44.808)
Perdas (Ganhos) atuariais	35.165	56.101	(1.971)	42.893	132.188
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2012 Reapresentado	239.441	182.826	4.874	169.706	596.847
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	23.087	19.680	527	17.734	61.028
Contribuições Pagas	(22.835)	(14.878)	(434)	(2.810)	(40.957)
Perdas (Ganhos) atuariais	(56.902)	38.321	1.458	(44.552)	(61.675)
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	182.791	225.949	6.425	140.078	555.243
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2012					11.593
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2012					585.254
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2013					31.295
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2013					523.948

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2014 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.718	1.456	42	804	4.020
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	194.967	27.922	794	17.137	240.820
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(206.833)	-	-	-	(206.833)
Despesa / (Receita) Total em 2014 conforme laudo atuarial	(10.148)	29.378	836	17.941	38.007
Complemento Referente à Dívida com a Forluz	31.457	-	-	-	31.457
Despesa (Receita) Total em 2014	21.309	29.378	836	17.941	69.464

Apesar do laudo atuarial considerar uma receita em 2014 referente ao fundo de pensão, a companhia efetuará o registro da despesa financeira referente à dívida pactuada com a fundação, conforme mencionado anteriormente nesta nota. A expectativa para a despesa financeira referente à dívida em 2014 é de R\$ 21.309.

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2014 é como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	144.312	15.696	458	2.886	147.656

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2014 no montante de R\$ 24.091 e R\$ 20.699 para o Plano de Contribuição Definida.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2013	2012
Ações de empresas brasileiras	9,83%	0,08%
Títulos de Renda Fixa	63,51%	85,63%
Imóveis	4,99%	3,77%
Outros	21,67%	10,52%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig e Cemig Geração e Transmissão:

	2013	2012
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	280.903	117.664
Ações emitidas pela Patrocinadora	2.100	2.598
Imóveis da Forluz ocupados pelas Patrocinadoras	90.300	51.047
	373.303	171.309

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2013	2012
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	12,36%	9,05% a 10,07%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	12,36%	9,05%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,20%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,31%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	IAPB-57

21. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 2012	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 2013
Trabalhistas	8.112	6.707	25.984	-	(11.644)	21.047
Cíveis	411	287	25	(267)	(25)	20
Tributárias	1.217	1.860	11.326	-	(6)	13.180
Ambientais	3.890	4.183	169	(3.425)	(67)	860
Regulatórias	179	-	2	-	-	2
Outras	538	926	21.319	(16)	(714)	21.515
Total	14.347	13.963	58.825	(3.708)	(12.456)	56.624

	Saldo em 01/01/2012	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 2012
Trabalhistas	8.112	1.319	(1.405)	(1.319)	6.707
Cíveis					
Relações de consumo	212	-	(139)	-	73
Outras Ações Cíveis	199	215	(199)	(1)	214
Tributárias	1.217	1.159	(516)	-	1.860
Ambientais	3.890	293	-	-	4.183
Regulatórias	179	4	(179)	(4)	-
Outras	538	657	(211)	(58)	926
Total	14.347	3.647	(2.649)	(1.382)	13.963

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Informações Contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e profissionais terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$59.495 (R\$30.790 em 2012), dos quais R\$21.047 (R\$6.707 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Cíveis

A Companhia é parte em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas no montante de R\$1.367 (R\$2.173 em 2012), dos quais R\$20 (R\$287 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$49.654 (R\$29.607 em 2012), dos quais R\$13.180 (R\$1.860 em 2012) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$2.773 (R\$9.329 em 2012), dos quais R\$860 (R\$4.183 em 2012) foram provisionados.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$20.020, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$8.585 (R\$481.432 em 2012), dos quais R\$1.497 foram provisionados (R\$926 em 2012). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e do INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$51.578

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$104.742, e classificou a probabilidade de perda como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos da Lei nº 10.101/2000, bem como por não haver a obrigação legal de assinar acordo previamente ao exercício base.

Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$51.917 e a probabilidade de perda foi classificada como possível em decorrência de acreditar ter atendido aos requisitos legais pertinentes no Código Tributário Nacional (CTN), bem como por depender de manifestação da Administração Fazendária sobre os dados apresentados. Fundamentados na jurisprudência favorável sobre o tema, os assessores jurídicos da Companhia reavaliaram a probabilidade de perda de diversas ações para remota.

Questões Regulatórias

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$146.057. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema - ESS por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional – SIN, inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica, na qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

A União Federal interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão liminar de primeira instância e o julgamento definitivo já foi iniciado pelo Tribunal Regional Federal.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$108.893. Com base nos argumentos e fatos apresentados acima, os assessores jurídicos da Companhia consideraram o risco de perda desta contingência como “possível”.

Questões Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, através de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte. O valor envolvido na ação é de R\$1.800.804 (R\$1.582.046 em 2012). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações. A expectativa de perda nessa ação é considerada possível, pois embora não haja demonstração cabal dos argumentos vertidos pela parte contrária, dependerá de prova pericial para corroborar tais argumentos apresentados.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual, desde 1997, das respectivas usinas, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos dos municípios onde estão localizadas as usinas da Cemig, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/97. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, e o valor da contingência é de R\$107.697. Em 2012, o valor correspondia a R\$94.035 e estava contingenciado na controladora, que foi citada como parte no processo, sendo que, em 2013, houve a transferência para a Cemig GT, em decorrência de substituição processual ocorrida após arguição de ilegitimidade passiva, acolhida pelo judiciário.

Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos

PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente ao período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada, a transferência do crédito para suas subsidiárias Cemig GT e Cemig D, no percentual de 48,07% e 51,93% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. Foi reconhecido um ganho de R\$150.507 no resultado da Cemig GT contabilizado em dezembro de 2013.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social da Companhia é de R\$893.192, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

(a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2013	2012	01/01/2012
Reservas de Lucros			
Reserva Legal	419.871	419.871	323.896
Reserva de Retenção de Lucros	1.917.835	998.974	59.873
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais (1)	47.005	-	605.734
	2.384.711	1.418.845	989.503

(1) Dividendos retidos no Patrimônio Líquido em atendimento às normas contábeis vigentes no País, que serão pagos no exercício de 2014.

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

Em 2013 a companhia não constituiu Reserva Legal tendo em vista que o saldo existente supera o limite mínimo estabelecido por lei para a obrigatoriedade de constituição.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2014. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva da Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registra na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

(b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2013 no montante de R\$225.540. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$76.684, reconhecidos no resultado do exercício de 2013 (R\$75.823 em 2012).

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2013 foram conforme segue:

	2013
Dividendos Obrigatórios	
Resultado do Exercício	1.811.374
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	905.687
Dividendos Propostos	
Juros sobre Capital Próprio	225.540
Dividendos Estatutários	713.978
	939.518
(-) Imposto de Renda na Fonte sobre Juros Sobre o Capital Próprio	(33.831)
	905.687
Dividendos adicionais propostos	47.004
Dividendos Declarados (líquido de IRRF s/ juros sobre capital próprio)	952.691
Dividendos por ação	0,33

Lucro por ação

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	2013	2012
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	1.811.374	1.919.485
Lucro por ação (em R\$)	0,6253	0,6626

Ajustes de avaliação patrimonial

	2013	2012	01/01/2012
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(59.653)	(100.358)	(703)
Custo Atribuído de Imobilizado	596.767	690.776	799.085
Ajustes de avaliação patrimonial	537.114	590.418	798.392

23. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	2013	2012
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	4.768.540	4.527.716
Receita de Concessão de Transmissão – com impostos (b)	489.853	786.010
Receita de Construção (c)	91.176	107.304
Receita de Indenização de Transmissão (b)	20.673	192.311
Transações com energia na CCEE	967.057	261.043
Outras receitas operacionais	22.984	24.675
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima (d)	(1.130.149)	(1.259.111)
	5.230.134	4.639.948

(a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (*)		R\$	
	2013	2012	2013	2012
Industrial	18.496.520	20.235.286	2.621.165	2.755.635
Comercial	300.801	237.892	64.513	47.603
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	(4.028)	13.388
	18.797.321	20.473.178	2.681.650	2.816.626
Suprimento a Outras Concessionárias(**)	16.481.464	14.051.426	2.086.890	1.711.090
	35.278.785	34.524.604	4.768.540	4.527.716

(*) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes

(**) Inclui Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado -CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

(b) Receita de Concessão de Transmissão e Receita de Indenização

A receita de concessão da transmissão foi de R\$489.853 em 2013 comparados a R\$786.010 em 2012, redução de 37,68%. Esta variação decorre principalmente da renovação das concessões de transmissão antigas da Companhia que, a partir de 2013, passaram a ser remuneradas apenas pela operação e manutenção da infraestrutura, conforme os termos da MP 579.

A Companhia registrou em 2013 o ganho estimado de R\$20.673 comparados a R\$192.311 em 2012 em função da indenização dos ativos de transmissão que foram enquadrados dentro dos critérios da MP 579. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 3.

c) Receita de Construção

Refere-se à receita apropriada quando da construção dos ativos de transmissão com base em parcela do fluxo de caixa adicional previsto em função do novo empreendimento, sendo alocados em conformidade ao estágio de conclusão da obra.

(d) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	2013	2012
Tributos sobre a Receita		
ICMS	456.043	464.540
COFINS	425.322	412.577
PIS-PASEP	92.326	89.540
ISSQN	861	775
	974.552	967.432
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	66.925	126.257
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE/ PROINFA	37.481	72.659
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	49.363
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	20.543	17.360
Fundo Nacional de Desen. Científico e Tecnológico - FNDCT	20.543	17.360
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	10.105	8.680
	155.597	291.679
	1.130.149	1.259.111

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2013	2012 Reclassificado
Pessoal (a)	315.285	281.849
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	58.798	59.215
Obrigações Pós-Emprego	39.809	29.992
Materiais	12.380	13.442
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	55.597	5.025
Serviços de Terceiros (b)	166.897	162.478
Depreciação e Amortização	343.364	310.851
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	125.751	178.072
Provisões (Reversões) Operacionais	54.864	3.002
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	256.610	267.863
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.244.499	713.066
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	91.176	107.304
Perdas na Alienação da TBE (e)	94.080	-
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (f)	105.068	115.642
	2.964.178	2.247.801

a) Despesa com Pessoal	2013	2012 Reapresentado
Remunerações e Encargos	252.043	239.618
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	19.372	17.990
Benefícios Assistenciais	29.437	28.807
	300.852	286.415
(-) Custos com Pessoal Transferido para Obras em Andamento	(8.024)	(13.093)
	292.828	273.322
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	22.457	8.527
	315.285	281.849

Programas de Desligamento de Empregados:

a) Programa de Incentivo ao Desligamento – PID

Para o período de 17 de janeiro de 2013 a 27 de março de 2013 a Companhia criou o PID, de adesão exclusiva aos empregados que já reuniam condições plenas de aposentadoria no INSS e na Forluz e ainda o mínimo de 20 anos de admissão na Companhia. O PID previa o pagamento de indenização correspondente a 4 remunerações brutas, pagamento de 6 meses de contribuições para o plano de saúde e demais verbas indenizatórias previstas em Lei. O Programa teve a adesão de 206 empregados.

b) Serviços de Terceiros	2013	2012
Comunicação	6.187	6.652
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	30.332	28.017
Conservação e Limpeza de Prédios	20.098	19.228
Mão de Obra Contratada	3.600	6.234
Fretes e Passagens	2.573	3.248
Hospedagem e Alimentação	3.912	4.615
Vigilância	12.500	11.522
Consultoria	10.541	2.061
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	17.801	15.750
Manutenção e Conservação de Veículos	3.023	7.361
Energia Elétrica	2.758	5.550
Meio Ambiente	21.598	21.890
Limpeza de Faixas	1.883	2.046
Serviços de Reprografia	1.760	2.549
Serviços advocatícios e Custas Processuais	8.460	3.456
Outros	19.871	22.299
	166.897	162.478

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	2013	2012
Energia de curto prazo	61.823	68.471
Energia adquirida no Ambiente Livre	1.285.462	707.361
Créditos de PASEP-COFINS	(102.786)	(62.766)
	1.244.499	713.066

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	2013	2012
Pessoal	828	2.064
Materiais	45.216	50.767
Serviços de Terceiros	43.489	46.589
Arrendamentos e Aluguéis	3	-
Outros	1.640	7.884
	91.176	107.304

e) Perdas na Alienação da TBE

Em 2013 a Companhia apresentou despesa com Perdas na Alienação da TBE no valor de R\$94.080. Este valor corresponde à baixa do investimento do grupo TBE tendo em vista a transferência, em 31 de maio de 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela CEMIG GT na TBE (49%) para a TAESA, em cumprimento ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, celebrado em 17 de maio de 2012.

f) Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	2013	2012
Arrendamentos e Aluguéis	24.538	17.660
Propaganda e Publicidade	3.493	977
Subvenções e Doações	23.045	16.378
Taxa de Fiscalização da ANEEL	18.580	19.369
Despesa Concessão Onerosa	1.149	834
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	3.556	4.059
Contribuição ao MAE	4.526	3.409
Seguros	3.379	3.481
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	2.919	7.798
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.047	5.113
Outros	15.590	36.564
	105.822	115.642

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2013	2012
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	109.071	105.975
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	4.364	3.825
Variação Monetária	96.566	6.349
Variações Cambiais	45	127
Ajuste a Valor Presente	1.604	11.603
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	60.944	-
Outras	30.607	4.906
	303.201	132.785
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(316.673)	(370.233)
Variação Monetária – Forluz	(21.220)	(21.153)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(117.772)	(121.665)
Variações Cambiais	(38)	(51)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(23.440)	(30.431)
Outras	(26.910)	(31.253)
	(506.053)	(574.786)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(202.852)	(442.001)

A Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para a Cemig GT de 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Cemig GT foi de R\$157.510, sendo reconhecido no resultado financeiro o valor de R\$60.944 como reversão de PASEP e COFINS e R\$96.566 como receita de variação monetária.

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig Geração e Transmissão são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CEMIG								
Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	337	749	-	-	274	701
Pessoal Cedido (2)	-	-	-	2.586	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	905.687	399.476	-	-	-	-
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	610	1.470	-	-	-	-	-	-
Cemig Distribuição								
Circulante								
Convênio de Cooperação	-	-	23.600	18.063	-	-	(10.599)	(1.547)
Operações com Energia Elétrica (3)	16.966	30.760	3.102	3.274	140.596	281.018	(36.192)	(46.001)
Não Circulante								
Convênio de Cooperação (1)	13.002	16.629	-	-	-	-	-	-
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (3)	530	127	132	131	19.512	31.004	(19)	(14)
Transmissora Aliança de Energia Elétrica								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	37.716	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (3)	-	-	1.436	1.068	-	-	(13.366)	(9.809)
Baguari Energia								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.968	26.218	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Não Circulante								
Debêntures (4)	-	-	59.352	52.758	-	-	(6.595)	(5.862)
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	12.998	11.593	-	-	(23.087)	(21.153)
Despesa de Pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(19.372)	(17.990)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(5.047)	(5.113)
Arrendamento Operacional (9)	-	-	590	555	-	-	(7.007)	(6.757)
Não Circulante								
Obrigações Pós-emprego - (5)	-	-	169.793	202.324	-	-	-	-
Arrendamento Operacional	-	-	590	555	-	-	(7.007)	(6.757)
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	15.312	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (8)	-	-	217.062	187.702	-	-	(20.207)	(13.988)

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (4) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120 milhões, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M ajustado a valor presente, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão;
- (5) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (vide Nota Explicativa nº 19 das Informações Contábeis Intermediárias) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (6) Contribuições da Cemig Geração e Transmissão para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 20) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (7) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.
- (8) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (9) Aluguel do edifício sede.

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 16, 18 e 22.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos com o pessoal chave da administração são integralmente custeados pela Cemig.

	2013	2012
Remuneração	8.692	7.762
Participação nos Resultados	2.450	2.301
Benefícios Pós Emprego	930	888
Benefícios Assistenciais	129	1.243
Total	12.201	12.194

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de

Energia, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: a partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de Nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Informações Contábeis.
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, obrigações pós emprego, concessões a pagar e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 0,85%, com base na sua última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas entre IPCA + 4,70% a 6,00%, CDI + 0,65% a 0,90%, IGPM + 4,70% a 6,0%, taxa fixa 8,5% a 11,07% a Companhia considerou seu valor justo igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo é idêntico ao saldo contábil, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Categoria dos Instrumentos financeiros	2013		2012 - Reapresentado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa - Bancos	7.113	7.113	2.981	2.981
Equivalentes de Caixa - Aplicações	1.100.061	1.100.061	506.171	506.171
Consumidores e Revendedores	673.833	673.833	495.727	495.727
Concessionários - Transporte de Energia	29.303	29.303	65.657	65.657
Ativos Financeiros da Concessão	245.547	245.547	177.901	177.901
	2.055.857	2.055.857	1.248.437	1.248.437
Disponíveis para Venda				
Ativos Financeiros da Concessão	533.588	533.588	827.519	827.519
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Imobiliários	228.821	228.319	414.467	415.627
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	352.785	352.785	71.486	71.486
Passivos Financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	214.553	214.553	206.803	206.803
Concessões a Pagar	165.024	255.262	180.661	298.572
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	4.092.806	4.205.510	4.655.963	5.029.342
Obrigações pós emprego	182.791	182.791	184.405	184.405
	4.655.174	4.858.116	5.227.832	5.719.122

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig Geração e Transmissão não está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA ÀS TAXAS DE JUROS NACIONAIS	2013	2012 Reapresentado
Ativos		
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	1.100.061	506.171
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	581.606	485.953
Fundos Vinculados	4	6
	<u>1.681.671</u>	<u>992.130</u>
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 18)	(1.883.635)	(2.063.695)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 18)	(109.576)	(122.641)
	<u>(1.993.211)</u>	<u>(2.186.336)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(311.540)</u>	<u>(1.194.206)</u>

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de 3juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2014, as taxas SELIC e TJLP serão de 10,80% e 5,00%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	31/12/2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 10,8% TJLP 5%	Cenário Possível SELIC 13,5% TJLP 6,25%	Cenário Remoto SELIC 16,20% TJLP 7,5%
Ativos				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 5)	1.107.174	1.226.749	1.256.642	1.286.536
Títulos e Valores Mobiliários (nota 6)	581.606	644.419	660.123	675.826
Fundos Vinculados	4	4	5	5
	<u>1.688.784</u>	<u>1.871.172</u>	<u>1.916.770</u>	<u>1.962.367</u>
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- CDI (nota 18)	(1.883.635)	(2.087.068)	(2.137.926)	(2.188.784)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- TJLP (nota 18)	(109.576)	(115.055)	(116.425)	(117.794)
	<u>(1.993.211)</u>	<u>(2.202.123)</u>	<u>(2.254.351)</u>	<u>(2.306.578)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(304.427)</u>	<u>(330.951)</u>	<u>(337.581)</u>	<u>(344.211)</u>
Efeito Líquido da Variação da SELIC		<u>(26.523)</u>	<u>(33.153)</u>	<u>(39.784)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2013. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação do IPCA e do IGP-M, conforme demonstrado a seguir:

EXPOSIÇÃO DA COMPANHIA À ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	2013	2012
Passivo		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 18)	(2.040.243)	(2.403.871)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IGP-M (nota 18)	(59.352)	(52.758)
(-) Ativos Financeiros da Concessão	533.588	827.519
Passivo Líquido Exposto	(1.566.007)	(1.629.110)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2014, as taxas IPCA e IGP-M serão de 5,98% e 6,41%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2013	31 de dezembro de 2014		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 5,98% IGP-M 6,41%	Cenário Possível IPCA 7,48% IGP-M 8,01%	Cenário Remoto IPCA 8,97% IGP-M 9,62%
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 18)	(2.040.243)	(2.162.250)	(2.192.853)	(2.223.253)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IGPM (nota 18)	(59.352)	(63.156)	(64.106)	(65.062)
	(2.099.595)	(2.225.406)	(2.256.959)	(2.288.315)
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão - IGPM	533.588	567.791	576.328	584.919
Passivo Líquido Exposto	(1.566.007)	(1.657.615)	(1.680.631)	(1.703.396)
Efeito Líquido da Variação da inflação		(91.608)	(114.624)	(137.389)

Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	214.240	-	-	-	-	214.240
Juros Sobre Capital Próprio	191.710	-	-	-	-	191.710
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	549.375	174.532	505.260	2.761.260	1.944.968	5.935.395
Concessões a pagar	1.691	5.004	13.122	60.407	144.115	224.339
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	1.960	5.955	16.239	110.724	193.511	328.389
	958.976	185.491	534.621	2.932.391	2.282.594	6.894.073

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa de 31 de dezembro de 2013, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.498.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo CEMIG. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia tinha apenas um fundo centralizador de investimento em Cotas-Fic, cujo gestor é o grupo Votorantim.

As premissas mínimas da Companhia para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. Rating de agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80,00%	7,00%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20,00%	Entre 2,80% e 7,00%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20,00%	Entre 1,60% e 4,20%

** o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30,00% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50,00% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contrato de financiamento com cláusula restritiva (“*covenants*”), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro, inclusive tendo impacto em outros empréstimos devido a cláusulas de *cross-default*. O não atendimento destas cláusulas implicaria o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2013 todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

b) Administração de Capital

O Passivo Líquido da Companhia em relação ao seu Patrimônio Líquido ao final do período é apresentado a seguir:

	2013	2012 Reapresentado	01/01/2012 Reapresentado
Total do Passivo	6.660.022	6.772.463	6.576.071
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 5)	(1.107.174)	(509.152)	(1.150.309)
Passivo Líquido	5.552.848	6.263.311	5.425.762
Total do Patrimônio Líquido	3.815.017	5.306.048	5.072.962
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	1,46	1,18	1,07

28. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31/12/2013	Valor justo em 31 de dezembro de 2013		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	64.909	-	64.909	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	196.309	-	196.309	-
Letras Financeiras do Tesouro	20.888	-	20.888	-
Debêntures	59.109	-	59.109	-
Outros	11.570	-	11.570	-
	352.785	-	352.785	-
Ativos Financeiros da Concessão	533.588	-	-	533.588
Total	886.373		352.785	533.588

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para determinar o valor justo dos ativos financeiros de transmissão que serão objeto de indenização a Companhia utilizou como referência os critérios de mensuração com base no valor novo de reposição dos ativos – VNR, em convergência com os procedimentos utilizados pela ANEEL para homologação da base de remuneração dos ativos nos ciclos de revisão tarifária de transmissão.

A Companhia registrou os ativos financeiros da concessão pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 12.

29. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	29/04/2013 a	US\$7.285	
	Responsabilidade Civil	29/04/2014	US\$14.000	US\$130
Almoxarifados, Instalações prediais e Equipamentos de telecomunicações	Incêndio (1)	08/11/2012 a	R\$299.268	R\$99
		08/01/2014		
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência acima de R\$1.500 mil	Total (2)	07/12/2013 a	R\$1.219.913	R\$1.588
		07/12/2014		

1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2014 a 08 de janeiro de 2015, exceto para tanques de óleo com estoque da UTE Igarapé, que foram incluídos na apólice de risco operacional, cuja vigência é até 07 de dezembro de 2014, e almoxarifado, em processo de contratação;

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$190.781 mil

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.

30. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.085.964	761.974	517.378	637.420	120.060	970.010	4.092.806
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	12.998	13.778	14.604	15.481	16.409	109.521	182.791
Concessão Onerosa	19.539	16.891	13.822	12.314	10.974	91.484	165.024
Compra de Energia	1.666.245	2.078.383	1.916.591	2.281.375	2.130.865	39.571.055	49.644.514
Arrendamentos Operacionais	13.866	11.138	7.007	7.007	7.007	28.028	74.053
	2.798.612	2.882.164	2.469.402	2.953.597	2.285.315	40.770.098	54.159.188

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento a Debenturistas

Em 14 de janeiro de 2014, a Diretoria da CEMIG GT aprovou o pagamento de amortizações e juros da 2ª Série da 2ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$547.236. O pagamento foi realizado em 15 de janeiro de 2014.

Em 14 de fevereiro de 2014 foi aprovado o pagamento de juros da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão de Debêntures no valor total de R\$106.418. O pagamento foi realizado em 17 de fevereiro de 2014.

Aumento de Participação na Madeira Energia

Em 11 de março de 2014, o Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne (“Fundo”), do qual a Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) é cotista, representado pelo BANCO MODAL S.A., na condição de Comprador, celebrou, com a Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), na condição de Vendedora, Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, sujeita ao cumprimento de certas condições, de 83% (oitenta e três por cento) do capital social total e 49% (quarenta e nove por cento) das ações com a direito a voto da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”). A SAAG, deterá, até a data de conclusão da transação (“Data de Fechamento”), 12,4% (doze inteiros e quatro centésimos por cento) de participação na Madeira Energia S.A. (MESA). A operação foi objeto de deliberação no Conselho de Administração da Cemig GT em 06 de março de 2014.

A estrutura da operação se dará, obrigatoriamente, através de Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”) e outros veículos, na qual a Cemig GT terá participação minoritária, de modo que não deterá mais que 50% (cinquenta por cento) do capital votante de nenhum veículo ou mais que 50% (cinquenta por cento) do patrimônio de nenhum dos FIPs, preservando a natureza privada da estrutura.

O preço desta aquisição será de R\$835.385, corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA verificada entre 31 de dezembro de 2013 e a Data de Fechamento, acrescidos dos aportes de capital realizados pela AGP na SAAG até a Data de Fechamento e deduzido dos eventuais dividendos declarados pela SAAG à AGP até a Data de Fechamento.

A conclusão da transação permanece sujeita a outras condições suspensivas, dentre as quais as aprovações pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Djalma Bastos de Moraes
Diretor-Presidente

Arlindo Porto Neto
Diretor Vice-Presidente

Luiz Fernando Rolla
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Frederico Pacheco de Medeiros
Diretor de Gestão Empresarial

José Carlos de Mattos
Diretor de Gás

José Raimundo Dias Fonseca
Diretor Comercial

Luiz Henrique de Castro Carvalho
Diretor de Geração e Transmissão

Fernando Henrique Schüffner Neto
Diretor de Desenvolvimento de
Negócios

Ricardo José Charbel
Diretor

Luiz Henrique Michalick
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Maria Celeste Moraes Guimarães
Diretora Jurídica

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Mário Lúcio Braga
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-47.822

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Cemig Geração e Transmissão S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração e Transmissão S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguará

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguará (“UHE Jaguará”) teve seu vencimento em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a Companhia obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça – STJ. A referida liminar assegura que a Companhia permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do mérito do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa nº. 12 às demonstrações financeiras, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 registrados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das informações contábeis do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012

O exame do balanço patrimonial individual, levantado em 1º de janeiro de 2012, ora reapresentado em decorrência dos assuntos descritos na nota explicativa nº 2.5, conforme previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 14 de agosto de 2013, contendo ênfases relacionadas à coligada Madeira Energia S.A. sobre: (i) os prejuízos recorrentes apurados em suas operações e a apresentação de excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2011 no montante de R\$ 1.279.002 mil; e (ii) o fato de que os gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-SP 218.398/O-1 T/MG

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31-12-2013, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e de seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2014.

Belo Horizonte, 13 de março de 2014.

- aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Lauro Sander
Bruno Gonçalves Siqueira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PELOS DIRETORES



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 548ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 06-03-2014, aprovamos a conclusão, em 06-03-2014, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2013; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2014.

aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
Ricardo José Charbel - Diretor
José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão
Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica

DECLARAÇÃO DE REVISÃO, PELOS DIRETORES, DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, que na 548ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 06-03-2014, aprovamos a conclusão, em 06-03-2014, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2013; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes. Por ser verdade, passamos esta certidão, sob a responsabilidade dos nossos cargos.

Belo Horizonte, 06 de março de 2014.

- aa.) Djalma Bastos de Moraes - Diretor Presidente
- Arlindo Porto Neto - Diretor Vice-Presidente
- Fernando Henrique Schuffner Neto - Diretor de Desenvolvimento de Negócios
- Frederico Pacheco de Medeiros - Diretor de Gestão Empresarial
- José Carlos de Mattos - Diretor de Gás
- Ricardo José Charbel - Diretor
- José Raimundo Dias Fonseca - Diretor Comercial
- Luiz Fernando Rolla - Diretor de Finanças e Relações com Investidores
- Luiz Henrique de Castro Carvalho - Diretor de Geração e Transmissão
- Luiz Henrique Michalick - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
- Maria Celeste Moraes Guimarães - Diretora Jurídica